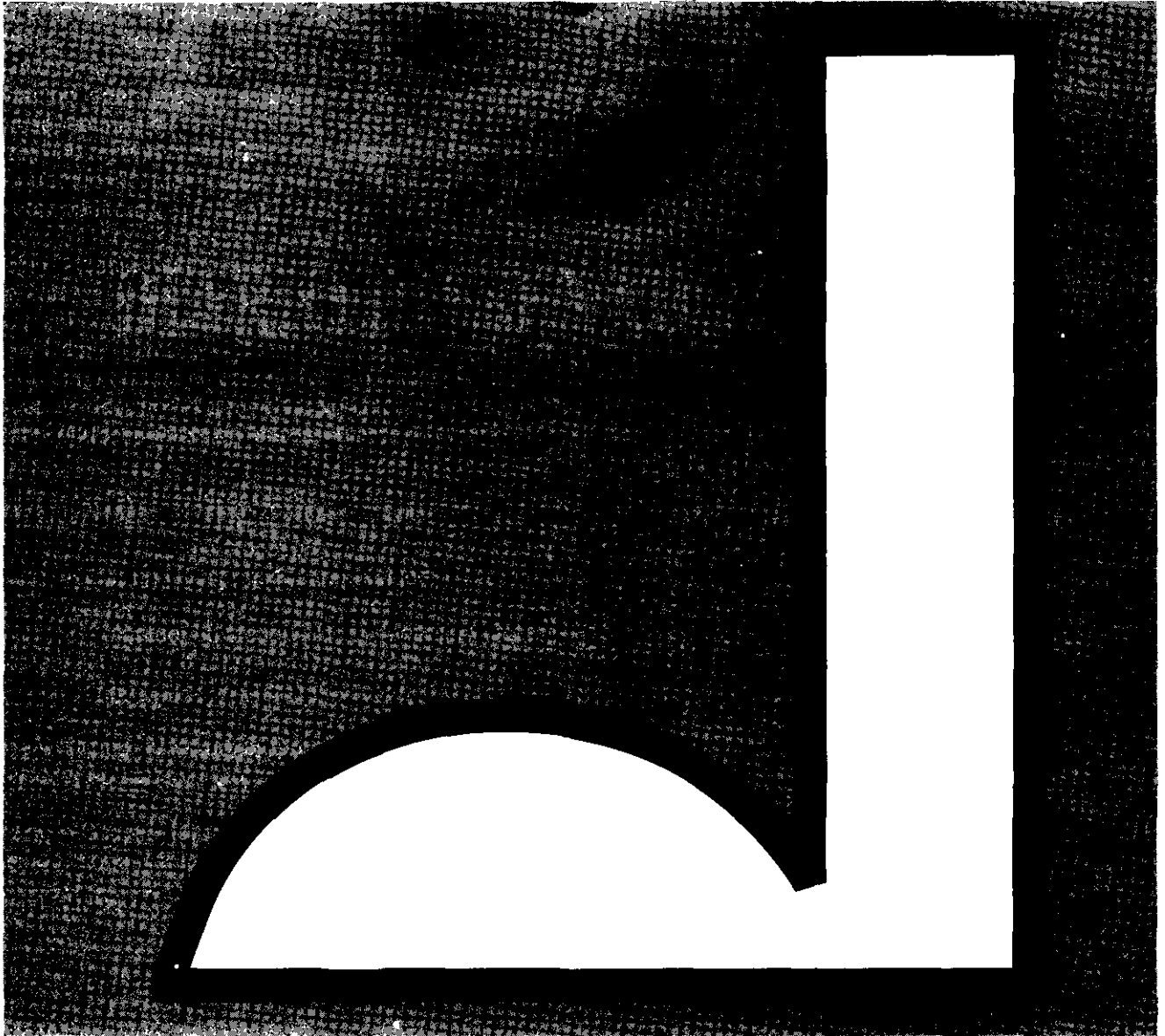




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA**Presidente**

José Samey – PMDB – AF

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário

Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário

Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário

Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário

Emandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares – PSB – SE

Eduardo Suplicy – PT – SP

Ney Suassuna – PMDB – PE

Emília Fernandes – PTB – RJ

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RJ

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líder

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT**Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder**LIDERANÇA DO PDT****Líder**

Júnia Marise

Vice-Líder

Sebastião Rocha

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES
Diretor Executivo do Cegraf

JÚLIO WERNER PEDROSA
Diretor Industrial do Cegraf

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA
Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE
Diretora da Subsecretaria de Taquígrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da
Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 71ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 20 DE MAIO DE 1996

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Avisos do Ministro de Estado da Fazenda

Nºs 366 a 368, 376, 377, 381, 385 a 392, de 10 de maio de 1996, comunicando a impossibilidade de prestar as informações referentes aos Requerimentos nº 192, 193, 196, 191, 190, 189, 187, 186, 185, 184, 183, 182, 181, 180, de 1996, respectivamente, de informações, todos de autoria do Senador Gilberto Miranda, por tratar-se de matérias protegidas pelo sigilo bancário, nos termos do art. 38, § 4º, da Lei nº 4.595, de 31.12.64. 08361

Nº 379, de 10 de maio de 1996, referente ao Requerimento nº 317, de 1996, de informações, do Senador Beni Veras. 08362

1.2.2 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 1996 (nº 128/89, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Villa Do Conde FM Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direitos de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Olinda, Estado de Pernambuco. 08362

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de quarenta e cinco dias para tramitação e abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 1996, lido anteriormente. 08363

1.2.4 – Ofício

Nº 400, da Liderança do Bloco PPB/PL na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias contidas na revista *Veja* do dia 30 de agosto de 1995, sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil. 08363

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR **BERNARDO CABRAL** – Entendimentos entre Brasil e Venezuela para o acordo de exploração do gás natural de Urucu – Amazonas. 08364

SENADOR **LÚCIO ALCÂNTARA** – Esclarecimentos quanto à matéria publicada no jornal

Folha de S. Paulo, neste final de semana, listando Deputados e Senadores tidos como integrantes da bancada ruralista. Subdesenvolvimento do Nordeste e o processo de desertificação. Ausência de política governamental efetiva objetivando a diminuição das desigualdades regionais. 08366

SENADOR **ROMERO JUCÁ**, como Líder – Saudando a visita do Presidente da Venezuela, Sr. Rafael Caldera, ao Brasil. Importância dos futuros acordos entre os dois países. 08369

SENADOR **JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Análise das pesquisas publicadas nos jornais de circulação nacional acerca do desempenho do Governo Fernando Henrique Cardoso. 08370

SENADOR **NABOR JÚNIOR** – Preocupações com a apreciação das emendas constitucionais referentes à reforma do Estado. 08370

SENADOR **JEFFERSON PÉRES** – Críticas à bancada ruralista quando da votação, na Câmara dos Deputados, da Reforma da Previdência Social. Queda da popularidade do Presidente Fernando Henrique Cardoso. 08375

SENADOR **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** – Justificando requerimento de sua autoria, a ser lido na presente sessão, de transcrição nos Anais do Senado de artigo publicado no jornal *O Globo*, edição de 19-5-96, do Deputado Roberto Campos, intitulado Os ladrões da caixa d'água. As deficiências dos 3 Poderes repercutindo na situação do Brasil. 08377

SENADOR **JOSAPHAT MARINHO** – Contestando a inclusão de seu nome na bancada ruralista, conforme notícia do jornal *Folha de S. Paulo*, edição de 18-5-96. 08379

SENADOR **EDISON LOBÃO** – Prejuízos decorrentes dos fortes temporais no Estado do Maranhão. 08380

1.2.6 – Requerimento

Nº 486, de 1996, de autoria do Senador Roberto Requião e outros Srs. Senadores, solicitando a convocação de sessão solene do Congresso Nacional para o dia 26 de junho de 1996, destinada a homenagear os 10 anos de reativação das relações entre a República de Cuba e a República Federativa do Brasil. 08381

1.2.7 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício nº 184/96, de 6 do corrente, do Banco da Amazônia S.A., encami-

nhando ao Congresso Nacional as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), posição de 31-12-95. **(Diversos nº 9, de 1996-CN)**..... 08381

Recebimento do Ofício nº 462/96, de 17 do corrente, do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada naquela Casa, destinada a investigar a ocorrência de possíveis irregularidades na fabricação de medicamentos. **(Diversos nº 43, de 1996)**..... 08382

Término do prazo, na última sexta-feira, para recebimento de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1995, de autoria da Senadora Benedita da Silva, que institui Programa de Educação para a Preservação do Patrimônio Ecológico, sendo que ao mesmo não foram oferecidas emendas. 08382

1.2.8 – Requerimento

Nº 487, de 1996, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando a transcrição nos Anais do Senado Federal do artigo Os ladrões da caixa d'água, de autoria do Deputado Roberto Campos, publicado no jornal *O Globo*, edição de 19 do corrente..... 08382

1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR RAMEZ TEBET – Esclarecimentos acerca da matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo* edição do último dia 17, intitulada Balcão de Negócios de Fernando Henrique Cardoso, por se referir a sua pessoa..... 08382

SENADOR JOEL DE HOLLANDA – Cons-
tatação diante da caótica situação do ensino público brasileiro..... 08383

SENADOR VALMIR CAMPELO – Trans-
curso dos 50 anos de fundação do Senac..... 08384

1.2.10 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR BERNARDO CABRAL – Solici-
tando à Mesa que seja encaminhado ofício ao Mi-
nistro Maurício E. Cortes Costa, Secretário de
Comércio Exterior do Ministério da Indústria, do
Comércio e do Turismo, no sentido da revogação
da Instrução Normativa que reduziu a alíquota de
Imposto de Importação para bicicletas de 70%
para 35%..... 08385

1.2.11 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 14, de 1995 (Apostila)..... 08387

Nºs 614 a 616, de 1996 08388

3 – MESA DIRETORA

4 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

5 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

6 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PAR-

TIDOS

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – COMISSÃO PARLAMENTAR CON- JUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 71ª Sessão Não Deliberativa, em 20 de maio de 1996

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs. Jefferson Péres, Valmir Campelo e Joel de Hollanda.

(Inicia-se a sessão às 14h30min)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Declara aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

AVISOS

DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

Nº 366/96, de 10 de maio de 1996, comunicando a impossibilidade de prestar as informações referentes ao Requerimento nº 192, de 1996, de informações, do Senador Gilberto Miranda, por tratar-se de matéria protegida pelo sigilo bancário, nos termos do art. 38, § 4º, da Lei nº 4.595, de 31-12-64.

Nº 367/96, de 10 de maio de 1996, comunicando a impossibilidade de prestar as informações referentes ao Requerimento nº 193, de 1996, de informações, do Senador Gilberto Miranda, por tratar-se de matéria protegida pelo sigilo bancário, nos termos do art. 38, § 4º, da Lei nº 4.595, de 31-12-64.

Nº 368/96, de 10 de maio de 1996, comunicando a impossibilidade de prestar as informações referentes ao Requerimento nº 196, de 1996, de informações, do Senador Gilberto Miranda, por tratar-se de matéria protegida pelo sigilo bancário, nos termos do art. 38, § 4º, da Lei nº 4.595, de 31-12-64.

Nº 376/96, de 10 de maio de 1996, comunicando a impossibilidade de prestar as informações referentes ao Requerimento nº 191, de 1996, de informações, do Senador Gilberto Miranda, por tratar-se de matéria protegida pelo sigilo bancário, nos termos do art. 38, § 4º, da Lei nº 4.595, de 31-12-64.

Nº 377/96, de 10 de maio de 1996, comunicando a impossibilidade de prestar as informações referentes ao Requerimento nº 190, de 1996, de informações, do Senador Gilberto Miranda, por tratar-se de matéria protegida pelo sigilo bancário, nos termos do art. 38, § 4º, da Lei nº 4.595, de 31-12-64.

Nº 381/96, de 10 de maio de 1996, comunicando a impossibilidade de prestar as informações refe-

rentes ao Requerimento nº 189, de 1996, de informações, do Senador Gilberto Miranda, por tratar-se de matéria protegida pelo sigilo bancário, nos termos do art. 38, § 4º, da Lei nº 4.595, de 31-12-64.

Nº 385/96, de 10 de maio de 1996, comunicando a impossibilidade de prestar as informações referentes ao Requerimento nº 187, de 1996, de informações, do Senador Gilberto Miranda, por tratar-se de matéria protegida pelo sigilo bancário, nos termos do art. 38, § 4º, da Lei nº 4.595, de 31-12-64.

Nº 386/96, de 10 de maio de 1996, comunicando a impossibilidade de prestar as informações referentes ao Requerimento nº 186, de 1996, de informações, do Senador Gilberto Miranda, por tratar-se de matéria protegida pelo sigilo bancário, nos termos do art. 38, § 4º, da Lei nº 4.595, de 31-12-64.

Nº 387/96, de 10 de maio de 1996, comunicando a impossibilidade de prestar as informações referentes ao Requerimento nº 185, de 1996, de informações, do Senador Gilberto Miranda, por tratar-se de matéria protegida pelo sigilo bancário, nos termos do art. 38, § 4º, da Lei nº 4.595, de 31-12-64.

Nº 388/96, de 10 de maio de 1996, comunicando a impossibilidade de prestar as informações referentes ao Requerimento nº 184, de 1996, de informações, do Senador Gilberto Miranda, por tratar-se de matéria protegida pelo sigilo bancário, nos termos do art. 38, § 4º, da Lei nº 4.595, de 31-12-64.

Nº 389/96, de 10 de maio de 1996, comunicando a impossibilidade de prestar as informações referentes ao Requerimento nº 183, de 1996, de informações, do Senador Gilberto Miranda, por tratar-se de matéria protegida pelo sigilo bancário, nos termos do art. 38, § 4º, da Lei nº 4.595, de 31-12-64.

Nº 390/96, de 10 de maio de 1996, comunicando a impossibilidade de prestar as informações referentes ao Requerimento nº 182, de 1996, de informações, do Senador Gilberto Miranda, por tratar-se de matéria protegida pelo sigilo bancário, nos termos do art. 38, § 4º, da Lei nº 4.595, de 31-12-64.

Nº 391/96, de 10 de maio de 1996, comunicando a impossibilidade de prestar as informações referentes ao Requerimento nº 181, de 1996, de informações, do Senador Gilberto Miranda, por tratar-se

de matéria protegida pelo sigilo bancário, nos termos do art. 38, § 4º, da Lei nº 4.595, de 31-12-64.

Nº 392/96, de 10 de maio de 1996, comunicando a impossibilidade de prestar as informações referentes ao Requerimento nº 180, de 1996, de informações, do Senador Gilberto Miranda, por tratar-se de matéria protegida pelo sigilo bancário, nos termos do art. 38, § 4º, da Lei nº 4.595, de 31-12-64.

Os Avisos foram encaminhados, em cópia, ao requerente.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Nº 379/96, de 10 de maio de 1996, do Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento nº 317, de 1996, de informações, do Senador Bení Veras.

As informações parciais foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O requerimento aguardará na Secretaria-Geral da Mesa as informações complementares.

Projeto recebido da Câmara dos Deputados:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 41, DE 1996

(Nº 128/89, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Villa do Conde FM Ltda. para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 114, de 28 de julho de 1989, do Ministro das Comunicações, que outorga permissão à Villa do Conde FM Ltda. para explorar pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 128-A, DE 1989

Aprova o ato que outorga permissão à Villa do Conde FM Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato que outorga permissão à Villa do Conde FM Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Olinda, no Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 18 de outubro de 1989. – Deputado **José Costa**, no exercício da Presidência – Deputado **Eliézer Moreira**, Relator.

MENSAGEM Nº 393, DE 1989

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com § 1º do art. 223, da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à apreciação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 114, de 28 de julho de 1989, publicada no **Diário Oficial da União** do dia 31 de julho de 1989, que Outorga permissão à Villa do Conde FM Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco.

Brasília, 7 de agosto de 1989. – **José Sarney**.

E.M. Nº 090/89-GM

31-7-89

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinei a publicação do Edital nº 14/89, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco.

2. No prazo estabelecido pela lei, acorreram as seguintes entidades:

Música FM Ltda.,

SM Telecomunicações Ltda.,

Villa do Conde FM Ltda.,

Rádio Paulista Ltda.,

Rádio Frevo – Comunicação e Empreendimentos Ltda. e

Rádio Frevo FM Stéreo Ltda.

3. Submetido o assunto ao exame dos órgãos competentes deste Ministério, as conclusões foram no sentido de que, sob os aspectos técnico e jurídico, as entidades proponentes satisfizeram às exigências do Edital e aos requisitos de legislação específica de radiodifusão, exceto a Rádio Frevo FM

Stéreo Ltda., que fez a entrega da proposta internamente, isto é, no dia seguinte do prazo legal para entrega de documentação.

4. Assim, das entidades que se apresentaram, só foram consideradas formalmente habilitadas as empresas Música FM Ltda., SM Telecomunicações Ltda., Villa do Conde FM Ltda., Rádio Paulista Ltda. e Rádio Frevo – Comunicação e Empreendimentos Ltda.

5. Nessas condições, à vista das entidades que se habilitaram (quadro anexo) à execução do serviço objeto do edital, tenho a honra de encaminhar o assunto à elevada consideração de Vossa Excelência, encarecendo se digne de enviar ao Congresso Nacional a anexa portaria de permissão. O ato de outorga somente virá a produzir seus efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição.

Renovo a Vossa Excelência meus protestos do mais profundo respeito. – **Antonio Carlos Magalhães.**

LEGISLAÇÃO CITADA

PORTARIA Nº 114, DE 28 DE JULHO DE 1989

O Ministro de Estado das Comunicações, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 1º, Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972, e o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta no Processo MC nº 29000.000974/89, (Edital nº 14/89), resolve:

I – Outorgar permissão à Villa do Conde FM Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco.

II – A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

III – Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do artigo 223, parágrafo terceiro, da Constituição. IV – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Antonio Carlos Magalhães.**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para

o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, §§ 2º e 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

Art. 224. Para os efeitos do disposto neste Capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei

(À Comissão de Educação.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - O expediente lido vai à publicação.

O Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 1996, que acaba de ser lido, tramitará com o prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos dos arts. 223, § 1º e 64, § 1º da Constituição, combinados com o art. 375 do Regimento Interno.

De acordo com o art. 122, inciso II, alínea "b" do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal, a matéria poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis perante a Comissão de Educação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 400/96

Brasília, 13 de maio de 1996

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Bloco PPB/PL os Deputados Alceste Almeida, e Wigberto Tartuce como titulares, e os Depoutado Expedito Júnior e Valdenor Guedes como suplentes, para integrarem a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias contidas na revista **Veja** do dia 30 de agosto de 1995, sobre o

trabalho de crianças e adolescentes no Brasil (Requerimento nº 1, de 1996-CN – Deputado Pedro Wilson).

Atenciosamente, – Deputado **Odelmo Leão**,
Líder do Bloco PPB/PL.

O SR. PRESIDENTE (Jelferson Péres) - Serão feitas as indicações solicitadas.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Valmir Campelo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral. V. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, já não é mais novidade que o Brasil e a Venezuela vão discutir uma parceria, a qual poderá ser realizada no decorrer das próximas horas. Esses dois países poderão firmar um importante acordo comercial, objetivando a exploração de gás da reserva de Urucu, no Amazonas. O Brasil, que já compra petróleo da Venezuela, quer que o vizinho passe a adquirir o gás brasileiro.

O convite para que a Venezuela seja parceira do Brasil na exploração de gás já foi formalizado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso. O Presidente Rafael Caldera, da Venezuela, deverá estar sendo recebido pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Como amazonense, quero destacar algumas das vantagens do gás natural de Urucu/Juruá:

- 1) solução energética abrangente e definitiva;
- 2) representa uma mudança estrutural na questão energética de toda a região, pela modularidade, abrangência e competitividade (o preço é menor que o gás da Bolívia para o Sudeste);
- 3) solução de mínimo custo global, reduzindo o "Custo Brasil" e necessidade de subsídios (hoje US\$160 milhões/ano);
- 4) diversificação da matriz energética regional;
- 5) forte adequação ambiental;
- 6) população beneficiada: 2.640.000 habitantes em pelo menos 43 localidades;
- 7) capacidade de impactar a economia local pelos efeitos multiplicadores e sinérgicos;
- 8) permite aumentar a produção do petróleo no Amazonas (Urucu);
- 9) viabiliza aumento na prospecção de petróleo e gás;
- 10) subprodutos: GLP (auto-suficiência regional), combustíveis e frio na revaporização;
- 11) gás disponível para outros usos (indústrias, transportes, etc.);

12) investimentos nos primeiros 5 anos, cerca de US\$2 bilhões: 50% para o setor elétrico e 50% para o setor petróleo;

13) diversificação de oportunidades de investimentos capazes de atrair expressiva participação privada;

14) projeto incluído no PPA 1996/1999;

15) condições favoráveis para o financiamento junto a entidades internacionais de fomento;

16) início de operação prevista: 1998;

17) impulso à navegação fluvial da região: portos, balizamento, embarcações, etc;

18) geração intensiva de empregos permanentes;

19) fortalece a unidade política da região - amplo apoio político.

Eis, então, uma forma de parceria onde dois países são absolutamente beneficiados. Apesar de a minha especialidade não ser no campo da engenharia elétrica, portanto, a solução é muito mais para aqueles que entendem da matéria, penso que há grande vantagem nessa solução energética - que é abrangente e definitiva para os dois países -, cujo perfil começa a ser traçado nesta data.

Merece um elogio o Presidente Fernando Henrique Cardoso pela forma como vem desdobrando esse acordo, desde aquela primeira reunião que fez realizar no Estado do Pará, quando as prioridades ficaram estabelecidas. Com a possibilidade de termos, definitivamente, a rodovia 174 vejam quanto incremento haverá não só para o campo comercial, mas também no campo turístico entre o Brasil e a Venezuela!

Hoje, no Amazonas, no Acre, em Roraima, na Amazônia Legal, todos estão indo passar férias na Ilha de Margarita. Ora, se imaginarmos, por um instante, que na Europa poderão ser oferecidos pacotes turísticos, dando-se à Venezuela esse lado de praias e hotéis e ao Estado do Amazonas o turismo ecológico, teremos, assim, nos dois países, um grande avanço da chamada indústria sem chaminés, que é a indústria de turismo.

O Sr. Lúcio Alcântara - V. Exª me permite um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL - Ouço V. Exª, eminente Senador Lúcio Alcântara.

O Sr. Lúcio Alcântara - Senador Bernardo Cabral, serei breve para não prejudicar o conteúdo do pronunciamento de V. Exª. Quero aproveitar a oportunidade para ressaltar a importância da visita do Presidente Rafael Caldera ao Brasil em retribuição à que lhe fez há poucos meses o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Isso, juntamente com os dados

que V. Exª traz ao conhecimento da Casa, assinala um passo a mais no sentido da integração política, comercial e econômica entre os nossos países e - diria mais - entre os países da América, a grande pátria de que nos falava Simon Bolívar e que agora tem uma dimensão até maior, porque o Presidente Bill Clinton, como V. Exª se lembra, numa reunião que se realizou em Miami, ainda no Governo do Presidente Itamar Franco, já com a presença do futuro Presidente Fernando Henrique Cardoso, lançou a iniciativa para as Américas, num colossal bloco político, econômico e cultural, que iria unir todos os países da América do Norte e da América do Sul. É evidente que há muitos passos a serem dados nesse sentido, mas essa integração já vem somar-se ao esforço do Mercosul. As notícias e as informações nos dão conta, por exemplo, que a ligação Manaus-Boa-Vista, o comércio entre o Brasil e a Venezuela cresceu espantosamente em matéria de importação e exportação, vendas de produtos e a possibilidade de a Venezuela suprir o déficit energético que há na região norte da Amazônia. Por todos esses motivos temos que saudar como de grande interesse cultural, político e econômico a vinda ao Brasil do Presidente Rafael Caldera que vai selar, sem dúvida, essa amizade entre os dois povos, anunciando um futuro de prosperidade e de desenvolvimento para o nosso continente.

O SR. BERNARDO CABRAL - Tem V. Exª absoluta razão, quando fala no problema energético porque de Guri, na Venezuela, esta rede elétrica pode ser estendida.

Ainda hoje, pela manhã, no meu gabinete, tive a oportunidade de receber a visita do Senador venezuelano, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, cujo nome faço questão de registrar, o Sr. Segundo Meléndez. Igualmente, o Senador Eduardo Gómez Tamayo que, até bem pouco tempo, foi o Presidente do Congresso da Venezuela, e o Deputado Pedro Pablo Aguilar, que também faz parte da Comissão das Relações Exteriores da Câmara daquele país.

Nesta hora, V. Exª relembra e quero confirmar que o Governo do Amazonas, por meio do seu titular, Governador Amazonino Mendes, na quarta-feira, na BR-174, prestará uma homenagem a Simón Bolívar, ocasião em que inaugurará a sua estátua, com a presença do Presidente Rafael Caldera.

E mais: para comemorar o centenário do Amazonas, na noite do dia 22, quarta-feira, a Venezuela trouxe a sua orquestra sinfônica, composta de meninos de sete até doze anos, conhecida mundialmente.

Como vê, não é só o lado comercial, o lado cultural, porque o registro de V. Exª em torno da unidade política da região com o crescimento que se possa fazer dessa integração, teremos, sem dúvida nenhuma, Brasil e Venezuela catapultando os nossos produtos para o mundo inteiro.

Outro assunto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, aproveitando uma correspondência que recebi através de um órgão de classe nosso, sobre mais uma determinação feita na criação de uma instrução da Secretaria de Comércio Exterior, não posso deixar de dizer que, no dia 1º de abril próximo passado, a alíquota de imposto de importação para bicicletas foi reduzida de 70% para 35%, ampliando a exposição desse setor ao custos internacionais.

Além do "Custo Brasil", dever-se-á enfrentar mais um obstáculo, qual seja a recente Instrução Normativa - que ainda agora dá notícia - de número 95/071, da Secretaria de Comércio Exterior, que instrui os órgãos emissores de guias de importação sobre a forma de pagamento de peças e insumos para bicicletas limitando-a "até 30 dias". Junto segue anexo onde se prova isso.

Sr. Presidente, acontece que a importação desses insumos - chamo a atenção da Casa -, na maior parte das vezes, tem origem nos países asiáticos;

- o tempo necessário ao percurso - só viável por via marítima - situa-se, em média, em 65 dias, aos quais se acrescentam prazos de carga e descarga de 25 dias, totalizando-se 90 dias;

- o processo industrial e os prazos de transferência do produto acabado aos mercados consumidores envolvem 45 dias, aos quais se acrescentam 15 dias de negociação de venda;

- os prazos de pagamento, praticados junto aos grandes magazines, são de 120 dias;

- considerando todos os prazos, o ciclo completo, em condições ideais, soma 270 dias.

Sr. Presidente, há todos esses dias, quando a Instrução Normativa fixa o prazo para o pagamento de insumos de peças e de bicicletas em até 30 dias. As restrições impostas pela circular certamente inviabilizam grande parte das pequenas e médias empresas do setor, pelos elevados volumes de capital de giro exigidos e conseqüentes custos financeiros, impossibilitadas ainda da utilização de artifícios acessíveis somente a empresas de grande porte (**off-shores**, subsidiária no exterior, etc) e que, de certa forma, neutralizam os efeitos dessa medida.

Ao contrário do que fez crer uma entidade classe, constituída somente por dois associados, produtores de bicicletas - junto esta prova também e que

está no anexo 2 -, a medida inviabiliza - e por isso quero chamar a atenção de V. Ex^a, Sr. Presidente, que é amazonense como eu - totalmente as empresas industriais, notadamente as localizadas na Zona Franca de Manaus, que cumprem Processo Produtivo Básico, rigorosamente fiscalizado pelos órgãos competentes.

Se o objetivo é coibir a importação de bicicletas "CKD", sob a classificação de "peças e partes", os instrumentos adequados devem ser outros, que não penalizem empresas industriais, geradoras de emprego e receitas fiscais, num processo de desindustrialização danoso aos interesses nacionais.

À vista disso, Sr. Presidente, não tive como deixar de apresentar um requerimento a V. Ex^a, pedindo seja oficiado ao Ministro Maurício E. Cortes Costa, que é o Secretário de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, no sentido da revogação dessa instrução normativa pelos imensos prejuízos que vem causando às empresas do setor.*

Para tanto, estou encaminhando a V. Ex^a o original, acompanhado dos dois anexos a que fiz menção.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - O requerimento de V. Ex^a terá tramitação regimental.

Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara que disporá de 20 minutos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores, antes de entrar no assunto objeto do meu pronunciamento, quero fazer um comentário a propósito de notícia publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, de sábado - salvo engano -, onde consta uma relação de Deputados Federais e de Senadores tidos como integrantes da Bancada Ruralista. Como meu nome figura ali, quero apenas declarar, para conhecimento do Senado - e será objeto de um expediente que vou fazer àquele importante jornal, de grande penetração em todo o Brasil-, que não sou e nunca fui, não integro e nunca integrei Bancada Ruralista, se é que ela existe aqui no Senado, porque também não posso dizer que conheço essa Bancada.

Na verdade, integro uma única Bancada - a Bancada do meu Partido, o PSDB, e a Bancada da Cidadania. O que me guia aqui é o interesse público. Na busca do que é o interesse público, posso até me equivocar, como todos nós, nas diferentes atividades, por sermos humanos; podemos nos equivocar; mas não há nenhum pronunciamento, voto ou atitude minha que possam identificar-me com o que se está convencendo chamar de Bancada Rura-

lista, integrada por aqueles que, de uma forma ou de outra, estariam procurando obter do Governo vantagens indevidas ou facilidades para si ou para seus representados, em função da necessidade que o Governo tem de aprovar projetos, reformas constitucionais e assim por diante.

Então, quero fazer esse esclarecimento, porque realmente o fato de o meu nome figurar naquela lista é absolutamente improcedente, e comunico isso aos que tiverem interesse em conhecer minha posição sobre esse ou outros problemas.

Dito isso, Sr. Presidente, passo ao assunto objeto do meu pronunciamento:

Além dos limites de área de irrigação, que são verdadeiros oásis, o subdesenvolvimento do Nordeste adquire feição preocupante. Nas regiões marginais, principalmente na caatinga e no sertão, sete anos de seca marcaram a década passada. Silenciosamente, sem merecer a devida atenção de governos, das autoridades e dos meios de comunicação, centenas de milhares de nordestinos, a maioria crianças e jovens, foram morrendo devagarinho. Naquela época, por volta de 1987, cerca de dezoito bilhões de cruzeiros de ajuda permitiram a Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte construir pequenas obras hidráulicas e atenuar a catástrofe. Lembro-me de que foram construídas cisternas, barreiros, pequenos poços, caixas d'água, mas nada disso foi suficiente para superar a tremenda carência em infra-estrutura social. O dinheiro distribuído pelos bancos estaduais mal deu para manter o mínimo de atividade econômica nas áreas penalizadas pela ausência de chuvas. O Governo Federal prometera mais recursos para minorar a situação de calamidade entre os flagelados, mas, até o final da década, a ajuda foi mínima.

Enquanto isso, na área da cana-de-açúcar, particularmente na Zona da Mata do Estado de Pernambuco, os cortadores de cana alimentavam-se de farinha molhada com garapa, uma bebida diluída a partir de rapadura. Foi assim que o Nordeste entrou nos anos noventa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não existe na verdade uma política sistemática de combate às desigualdades sociais e ao subdesenvolvimento do Nordeste. Os sucessivos governos até hoje não se preocuparam realmente em estabelecer uma diretriz global, permanente e eficiente para todo o território. Falam sobre o Nordeste como poderiam falar também sobre o Norte. Todavia, a cada mudança de poder nacional, novas promessas são feitas, novos discursos bombásticos são pronunciados e visitas esporádicas são realizadas pelas autoridades,

evidentemente, com resultados pouco representativos para o conjunto dos problemas regionais. Infelizmente, assim tem sido ao longo da história do País e da própria região.

Não podemos nos esquecer de que a região fisiográfica do Nordeste compreende 1.548.672 km² com aspectos geoeconômicos, políticos e sociais bastante diferenciados. São quatro grandes sub-regiões, ou seja, Zona da Mata, Zona de Transição, Zona do Semi-Árido e a dos Cerrados, todas com definições claras de oportunidades de manejo. Nenhuma política de desenvolvimento daria certo sem considerar as particularidades de cada uma dessas regiões. A pouca atenção dada a esses aspectos tem levado os diversos governos a cometer erros graves em matéria de investimentos e de política econômica. No início da década de noventa, por exemplo, justamente em virtude de ignorar as particularidades regionais, o chamado "Pacote Agrícola", lançado oficialmente, não surtiu quase nenhum resultado. O mais grave é que recursos importantes foram praticamente jogados fora. Dessa maneira, além da inexistência de planejamento e estratégia, existe ainda falta de vontade política por parte das autoridades governamentais em repensar o desenvolvimento nordestino.

Em contrapartida, em relação a essa questão, é necessário dizer que os mais de um milhão de quilômetros quadrados do semi-árido, cerca de setenta por cento da área total do Nordeste, são realmente difíceis de ser trabalhados pela simples razão de a região ter um meio físico relativamente estático, sobre o qual se implantou uma atividade biológica dinâmica. Devemos, portanto, reconhecer que o erro é secular e a consequência mais importante foi o desequilíbrio, hoje traduzido no acelerado processo de desertificação. Assim, é de grande urgência que se definam novos padrões tecnológicos de manejo ambiental e de uso do solo.

Não tenho dúvida de que o futuro do Nordeste está ligado justamente à inversão das variáveis que compõem a equação: meio físico/dinâmica biológica, sem perder de vista a maior incógnita que é o custo político, econômico e psicossocial que tal mudança representaria.

Está muito claro para alguns técnicos, políticos e intelectuais que a miséria nordestina não decorre somente do meio ambiente adverso. O atraso desse pedaço do Brasil encontra resposta correta e abrangente na complexa associação de fatores, históricos, culturais, econômicos, políticos e sociais.

A batalha contra a miséria do Nordeste tem de criar condições de desenvolvimento através do crescimento integrado de suas sub-regiões mais viáveis que são os Cerrados, a Zona da Mata, a Zona de Transição, perímetros irrigados e áreas compensadas pela altitude, promovendo a integração com o Semi-Árido e fazendo diminuir as pressões biológicas sobre as Caatingas. Segundo estudiosos do assunto, o objetivo a atingir implica a tomada desse caminho e exige um conjunto de medidas, que passamos a especificar:

1. estabelecer um zoneamento agroclimático e socioeconômico com definição rigorosa do solo;

2. recuperação gradativa das áreas degradadas ou em processo de desertificação, com o objetivo de desenvolver projetos econômicos viáveis;

3. definição de uma política eficiente de utilização das águas onde a irrigação seja priorizada e voltada para a própria área;

4. implementação de uma estrutura de acumulação de água que tenha início na zona rural e atinja vilas, povoados, distritos e sedes dos Municípios;

5. investir de maneira importante em pesquisa agropecuária, para permitir a utilização racional e rentável dos solos economicamente produtivos;

6. fixar, através de uma reforma agrária ampla e definitiva, populações em espaços economicamente viáveis. Vale ressaltar que a atual estrutura agrária do Nordeste, além de injusta, continua sendo medieval e foco latente de conflitos sociais graves entre trabalhadores rurais e proprietários;

7. defender os pequenos agricultores que praticam uma agricultura de subsistência, através de uma política de assistência técnico-financeira de baixos custos e também através da organização de pequenas cooperativas;

8. investir somas importantes no combate ao analfabetismo e em infra-estrutura social básica, para vencer a ignorância e as endemias que vitimam principalmente milhares de crianças e adultos jovens a cada ano.

Diante desse universo de carências sociais básicas e de desorganização, por mais paradoxal que possa parecer, nos vinte e cinco anos que antecederam o início da década de noventa, o Produto Interno Bruto do Nordeste cresceu mais rapidamente do que o do Japão. Além disso, a economia regional cresceu também mais do que o Brasil no mesmo período. Todavia, apesar desse notável crescimento econômico, aconteceu um aprofundamento na concentração da renda, tendo como consequência mais direta o aumento significativo da marginalidade, das

migrações e da favelização de importantes contingentes populacionais que antes conseguiam reproduzir dignamente a sua condição social. Essa repercussão sócio-econômica negativa nos mostra em definitivo que crescimento econômico isolado é eficiente causador de dualismo e de injustiças cruéis. Não devemos, portanto, achar que a simples expansão do Produto Interno Bruto de um país ou de uma região resolve automaticamente o drama social que envolve as populações carentes. Nesse sentido, o crescimento econômico associado a uma ação contundente e moderna do Estado, principalmente nas áreas de educação, saúde e saneamento básico, constituiria a melhor resposta para as preocupações com respeito à satisfação das necessidades básicas das populações de baixa renda.

Lamentavelmente, o desenvolvimento da economia nordestina sempre se verificou à margem de políticas sociais que produzissem resultados positivos de tipo não-paternalista. Para se ter uma idéia mais clara da distância que separa o desempenho da economia nordestina do desenvolvimento social, basta consultar alguns dados estatísticos.

O Nordeste brasileiro concentra 53% da pobreza absoluta do Brasil. Mais de 24 milhões de pessoas vivem com uma renda familiar **per capita** inferior à metade de um salário mínimo. Em termos de mortalidade infantil, de desnutrição, de analfabetismo e de concentração de renda, os indicadores comparam-se facilmente aos dos países mais pobres da África e da América Latina. Os índices sociais do Nordeste são equivalentes aos do Haiti, que é um dos países mais pobres do mundo. O nordestino nasce com uma expectativa de vida seis anos menor do que a média brasileira. A expectativa média de vida no Nordeste é de 58,8 anos, contra 64,9 para o Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE para o início da década de noventa. Cerca de 45,3% das crianças de zero a cinco anos sofrem de desnutrição, enquanto no Sudeste e no Sul, a proporção é de 21,3% e 17,5%, respectivamente.

Na última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, com dados colhidos em setembro de 1993, publicada recentemente pelo IBGE, a taxa de analfabetismo das crianças de 10 a 14 anos declinou no Brasil em oito pontos percentuais em relação a 1983, situando-se em 11,4%. Enquanto isso, no Nordeste, o indicador alcançou 26,7 pontos percentuais. A taxa de analfabetismo do Brasil atingiu 16%, e a do Brasil sem o Nordeste chegou a 10%. Ao mesmo tempo, a taxa do Nordeste como um todo chegou aos 33%. No Brasil, 75,8% das residências

têm geladeira e no Nordeste apenas 53,1%. Em relação a equipamentos como máquina de lavar roupa, 24,3% dos domicílios nacionais funcionam com essas máquinas, enquanto, no Nordeste, apenas 4,3%. São 19,8% de casas com telefone e no Nordeste apenas 9,7%. Contra a média nacional de 58,7% dos domicílios ligados a redes de esgoto ou fossas assépticas, o nordestino fica com 30,2%. A mesma fonte - PNAD - revela que foram encontradas no País 6.971.532 pessoas que trabalhavam sem ter contrapartida monetária. O mais curioso é que desse total, 3.210.839 pessoas moravam no Nordeste.

Ao lado desses indicadores sociais que revelam a crueza das fortes contradições sociais reinantes, um outro paradoxo da economia nordestina merece ser citado. Enquanto o Produto Interno Bruto regional elevou-se em 9,8% em 1994, mais que a média nacional no período, que foi de 5,7% e um dos maiores índices mundiais, as desigualdades nos níveis de renda aumentaram entre a região e o resto do Brasil.

Em um estudo sobre "A Distribuição Interestadual de Renda no Brasil", o economista Afonso Henriques Borges Ferreira, da Universidade Federal de Minas Gerais, mostra que se reduziu a diferença de renda entre a maioria dos Estados brasileiros, no período compreendido entre 1950 a 1985. Todavia, em seis casos, todos situados na Região Nordeste, a renda **per capita** apresentou-se inferior à metade da renda por habitante do Brasil, sendo que, para três desses Estados, Piauí, Maranhão e Paraíba, a renda **per capita** era inferior a um terço daquela estimada para o conjunto do País.

Outro estudo, sobre a "Convergência Entre a Renda Per Capita dos Estados Brasileiros: 1970 - 1990", dos economistas Pedro Cavalcanti Ferreira e Roberto Ellery Junior, mostra que existe uma convergência de renda entre Norte, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, mas, em relação ao Nordeste, existe um distanciamento. Segundo os economistas, esse distanciamento se dá, notadamente, em virtude do empobrecimento da Bahia e de Pernambuco, cuja renda **per capita** vem caindo desde o início da década de oitenta. Além disso, é importante ressaltar que os dois Estados representam 55 por cento de toda a economia nordestina.

Na opinião dos próprios técnicos do Governo, o Nordeste continua sendo o primo pobre do resto do Brasil. Espera-se que, a partir de medidas anunciadas pelo Governo Federal, que são apenas o início do que se quer, do que se deseja, do que se exige para o Nordeste, o Governo do Presidente Fernando

Henrique Cardoso possa atender aos reclamos daquela região dando-lhe um tratamento que propicie o desenvolvimento a partir de seus recursos e seu próprio esforço.

Fazendo referência aos dados de 1993, 45,26% dos incentivos do Governo Federal em forma de renúncia fiscal foram parar no Sudeste. Esse é um dado importante que deve ser repetido exaustivamente: quem absorve a maior parte dos incentivos fiscais no Brasil é o Sudeste, muito embora quando se fala em incentivo fiscal no Brasil, o Nordeste é sempre citado em primeiro lugar, quando ficou com apenas 9,49% do total dos incentivos.

O Ministro Cícero Lucena, da Secretaria de Desenvolvimento Regional, admite, como declarou à imprensa, que existe um verdadeiro "Muro de Berlim" separando o Nordeste do resto do País. Entretanto, espera-se agora que o Governo Federal aplique realmente recursos importantes para viabilizar o chamado "Projeto Nordeste". Segundo fontes governamentais, o programa Comunidade Solidária e o Projeto de Educação Básica dispõem de 737 milhões de dólares para serem aplicados no período de dois anos. Esse projeto contempla, como foi anunciado recentemente pelo Ministro do Planejamento, José Serra, uma boa parcela de recursos a serem aplicados no Nordeste. Igualmente o Programa de Desenvolvimento do Turismo, Prodetur, que já teria sido contemplado com recursos da ordem de 800 milhões de dólares, com financiamento externo, para serem aplicados em nove Estados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é providencial a notícia de que o Governo Federal quer realmente integrar o Nordeste ao resto do País diminuindo os seus problemas sociais. É providencial, portanto, que o Governo atenda, como começou a atender num primeiro movimento, aos reclamos da bancada de Senadores nordestinos que lhe entregaram, no mês de março passado, o documento intitulado "O novo Nordeste: um salto para o futuro".

O povo de minha região não aceita mais a corrupção, a impunidade, o desvio do dinheiro público, o paternalismo e o apadrinhamento do clientelismo político que ainda continuam a fazer, malgrado muitos esforços, fama na sofrida paisagem nordestina. Os órgãos oficiais não podem mais aprovar projetos que são controlados por traficantes de influência.

A resposta mais direta para explicar as causas da miséria e do subdesenvolvimento estrutural do Nordeste está muito mais na falta de moralidade e na impunidade do que em fatores de ordem econômica ou geográfica. Diante dessa constatação, não

podemos mais permitir que maus políticos, maus administradores maus funcionários e maus empresários - numa só palavra, maus nordestinos - se utilizem vergonhosamente do dinheiro público para fins espúrios. Assim, é preciso urgentemente colocar em funcionamento os mecanismos legais para punir os corruptos de maneira exemplar e não demagógica. É preciso que haja cadeia para quem rouba o Estado e o povo.

O futuro do Nordeste e o bem-estar de sua população dependem fundamentalmente desses recursos. Sua redução ou sua má aplicação acarretará mais miséria e mais atraso. Assim, não é o Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR - ou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE - ou o Banco do Nordeste que estão errados. O erro vem da impunidade, do conluio, dos privilégios, do tráfico de influência e do poder discricionário que a maioria da elite nordestina exerce sobre uma massa imensa de miseráveis. Eles controlam o poder político, os recursos e a vida das pessoas.

A redenção do Nordeste está ligada a uma vitória sobre a imoralidade, a corrupção e a impunidade que infelizmente ainda dominam o nosso País e levam as pessoas praticantes a pensarem que são onipotentes. Enquanto não formos capazes de vencer esses obstáculos, não seremos capazes de encontrar o nosso verdadeiro destino.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra a V. Ex^a por cinco minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PFL-RR) - Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de registrar, em nome da Bancada do Partido da Frente Liberal, a visita que o Presidente da Venezuela, Rafael Caldera, faz ao nosso País.

No ano passado, durante a comemoração da data nacional da Venezuela, o Presidente Fernando Henrique lá esteve, e tive o prazer de acompanhá-lo. Naquele ocasião, além de pactuar a visita do Presidente Rafael Caldera e sua comitiva ao Brasil, os dois presidentes encaminharam questões da maior importância para o futuro da Amazônia Ocidental e da integração da América do Sul.

A Venezuela, Sr. Presidente, tem papel extremamente importante no futuro da Amazônia, principalmente da Amazônia Ocidental.

Vários foram os objetivos do encontro do Presidente Fernando Henrique Cardoso com o Presidente

Rafael Caldera: estreitar o relacionamento comercial Brasil-Venezuela; realizar obras de infra-estrutura para a região; continuar o asfaltamento da BR-174; celebrar acordo operacional da Petrobrás com a Petroven - companhia estatal venezuelana de petróleo -; promover entendimentos na área de energia para negociar petróleo, abastecimento de gás e até implantação de linha de transmissão da Usina de Guri na Venezuela até Manaus; discutir questões importantes para o meio ambiente; definir estratégias para uma política de mineração conjunta na região amazônica, respeitando o meio ambiente; buscar soluções sociais e legais para as questões de exploração dos garimpos, fonte de conflito entre brasileiros e venezuelanos na região de fronteira e que tem, inclusive, levado à prisão de garimpeiros em território venezuelano.

Tudo isso foi discutido na Venezuela, durante a visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Agora, durante a visita do Presidente Rafael Caldera e sua comitiva, serão assinados acordos bilaterais. Ainda hoje, às 16 horas, haverá sessão solene no Supremo Tribunal Federal em homenagem ao Presidente Caldera e à Venezuela; às 18h20min, na Embaixada da Venezuela, abertura do programa cultural "Presença da Venezuela no Brasil". Amanhã, às 9h30min, na Confederação Nacional da Indústria, encontro do Presidente Rafael Caldera com empresários brasileiros, buscando estreitar ação empresarial conjunta.

Quarta-feira, em Manaus haverá inauguração do terminal da Companhia Venezuelana de Cimento, que, sem dúvida nenhuma, irá baratear a construção civil no Estado do Amazonas, como já ocorre hoje no Estado de Roraima, mais precisamente em nossa cidade - Boa Vista.

Vale ressaltar ainda que, no dia 23 de maio, em Boa Vista, o Presidente Rafael Caldera terá encontro com o Governador Neucio Campos.

Considero da maior importância fazer essas referências. A Venezuela tem dificuldades econômicas parecidas com as do Brasil além de problema sério de instabilidade da moeda. Temos certeza de que esse encontro do Presidente Rafael Caldera com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, além da política que estamos regulamentando, sem dúvida nenhuma, gerará subsídios e apoio, para que possamos trabalhar em conjunto.

O ingresso da Venezuela no Mercosul é importante para a consolidação desse mercado, pois trará a ele os países do Pacto Andino e fará com que o Mercosul não apenas seja uma associação de paí-

ses do sul da América do Sul, mas represente a integração de todos os países da América.

Quero também saudar o Presidente da Venezuela pelo sentido democrático de todos os ensinamentos de Simon Bolívar e registrar aqui o trabalho e o apoio que tem dado ao Grupo Parlamentar Brasil-Venezuela, do qual faço parte, tão bem presidido pelo Deputado Átila Lins, do Amazonas.

Quero também enaltecer o trabalho que vem fazendo o Embaixador da Venezuela no Brasil, o Sr. Alfredo Toro. Essa visita é consequência do trabalho de todos; é consequência das buscas do entendimento. De um lado, está o Itamaraty, por intermédio do Ministro Felipe Lampreia; de outro, a Embaixada da Venezuela, por meio do Embaixador Alfredo Toro, sem falar do trabalho do Grupo Parlamentar Brasil-Venezuela.

Esperamos que esse encontro satisfaça o desejo dessas grandes nações: que Brasil e Venezuela, cada vez mais, ajam como irmãos e trabalhem para a superação das dificuldades da região para que, efetivamente, a América Latina e a América do Sul alcancem a democracia e o desenvolvimento econômico e social que almejamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvam Borges. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador José Roberto Arruda.

S. Ex^a disporá de 20 minutos.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, alguns jornais de circulação nacional nesse final de semana trouxeram, alguns como manchete principal e outros como matéria política, destaque e avaliações que pesquisas de opinião fizeram do desempenho do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Uma delas, particularmente, feita pela **Data Folha**, e que gerou a manchete da **Folha de S. Paulo** do último domingo, publicada na página 8 do caderno principal, faz um estudo bastante detalhado, ainda que circunscrito ao Estado de São Paulo, do que pensam os brasileiros não apenas sobre o desempenho do Presidente Fernando Henrique, do Governo Federal, mas também sobre o momento em que vivemos.

Inscrevo-me entre aquela classe de homens públicos que acreditam em pesquisas. Acredito nelas, inclusive, quando são contra mim porque sei que são exceção.

É importante que nós, que temos responsabilidade pública, ao tomar conhecimento de trabalho dessa profundidade, façamos análises sensatas que possam, afinal de contas, buscar rumos para o Governo Federal e para o País.

Quero começar dizendo que, obviamente, até como ex-professor de matemática, olho os números como eles devem ser vistos; não considero seu valor absoluto, mas seu valor relativo. Costumo contar a história de um médico que passou a vida toda pesquisando as causas do câncer e ao final da vida chegou à conclusão, estatisticamente verdadeira, de que a maior causa do câncer era o sapato, porque 99% das pessoas que tinham câncer usavam sapato. Embora seja uma conclusão estatisticamente correta, na prática, não é válida.

Essa pesquisa que nos chega às mãos, obviamente traduz, e todos nós que temos contato com a população brasileira sabemos disso, um sentimento de preocupação daqueles que pensam o País. Não estou aqui para tapar o sol com a peneira, pois que estamos vivendo um momento de grandes dificuldades. É como se todos nós brasileiros fizéssemos uma viagem num grande avião, num **boeing**, que, há alguns anos - o que seria nesta viagem alguns minutos atrás -, passou por uma séria turbulência, uma turbulência econômica sem precedentes na História brasileira. A inflação de 40% fazia com que esse avião verdadeiramente embicasse e perdesse altura; a comida não dava para todos os passageiros. Mais do que isto: os passageiros estavam desesperados, o cinto de segurança da cidadania de cada um de nós era pouco potente para segurar-nos em nossas poltronas. No momento em que o avião caía, em que a Nação brasileira, perplexa, via uma inflação de 40%, quando o subcomandante do avião conseguiu negociar com os passageiros um plano de voo alternativo, que não tomou bagagem e dinheiro de ninguém, fez com que a aeronave pegasse prumo e, pelo menos, fizesse uma escala para reabastecimento. O plano alternativo foi o Plano Real. É claro que esse subcomandante, ao conseguir um plano alternativo de sucesso, foi logo levado, pela maioria dos passageiros, a assumir o comando da aeronave. Ele levantou voo novamente, embalado pelo apoio e confiança dos passageiros, que, naquele momento, estavam extremamente gratos, porque o avião não havia caído. A segunda escala de voo, no início, tinha menos turbulência.

A pesquisa nos revela, claramente, que esse subcomandante, quando assumiu o comando da aeronave, não assumiu apenas porque tinha conse-

guido salvar-nos da queda, mas porque disse aos passageiros que essa segunda etapa de voo, se conseguisse mudar algumas peças, substituir uma turbina, reabastecer o avião, poderia ser menos turbulenta. Porém, nessa segunda etapa, como essas substituições de peças ainda não foram possíveis - e elas são as reformas que este País está debatendo e este Congresso está discutindo e votando -, o que acontece é que essa segunda etapa do voo, embora sem risco de queda, porque o Plano Real continua mantendo a inflação baixa, ainda é um voo desconfortável. E por quê? Porque é muito longo, porque falta comida para alguns passageiros no avião, porque o avião está devagar demais - e é claro que a pesquisa mostra isso.

Se essa pesquisa fosse feita, como foi, no momento em que escapamos da queda, é claro que a cabine de passageiros seria só aplausos. Mas agora que já evitamos cair, que a inflação está sob controle - ainda que com âncoras provisórias e algumas delas cruéis - esses passageiros, com legitimidade e com razão, não estão mais satisfeitos só porque o avião não caiu. A viagem é longa e eles querem comida; a viagem é longa e eles querem segurança.

E aí está a grande reflexão para a classe política em relação a essa pesquisa que nos traz a **Folha de S. Paulo** e a outras pesquisas feitas neste final de semana. Essa pesquisa não diz apenas que a popularidade do Presidente Fernando Henrique Cardoso, no Estado de São Paulo, não é aquela de três meses atrás. Ela diz muito mais. Na sua última linha consta, talvez, o pedaço mais importante dessa estatística. Diz que a grossa maioria da população ouvida - e 52% representam a grossa maioria, porque 13% não opinaram, 15% não foram considerados - pensa que tudo está na mesma. E convenhamos, Srs. Senadores: está na mesma!

É claro que o avião ainda não caiu. É claro que conseguimos um pouso de emergência. É claro que alcançamos voo, com amplo apoio da classe política para uma segunda etapa de voo, mas isso não basta.

O Sr. Roberto Requião - Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador José Roberto Arruda?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Com o maior prazer, Senador Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião - Senador, quero apenas ajudar no raciocínio: talvez esse avião esteja em estol de velocidade; ele está caindo porque não adquiriu a velocidade de planeio; ele está funcionando com os motores do desenvolvimento embandeirados. E o que vemos nessa proposta neoliberal é o Governo tentando se socorrer lançando ao ar os

passageiros, e os passageiros são os operários do contrato sem registro. Registro sobre esse contrato um artigo maravilhoso de Abram Szajman, ex-Presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, na **Folha de S. Paulo** de sábado, mostrando que, mesmo na época da escravidão, os patrões eram responsáveis pela alimentação e pela saúde dos seus escravos. Mas estamos procurando diminuir o custo Brasil à custa do aprofundamento do fosso entre os ricos e os pobres. Considero que a pesquisa é correta e só não é mais terrível, mais drástica, porque não foi feita no interior dos Estados brasileiros. Se essa pesquisa fosse feita no interior do Paraná hoje, verificar-se-ia que, no prazo de um ano, desapareceram 100 mil unidades produtivas, considerando propriedades pequenas e médias, posseiros, meeiros, arrendatários; só entre 1994 e 1995, nesse período, 55 mil; dez mil propriedades estão à venda, e a agricultura se desestrutura. A área de plantio de algodão é reduzida pela metade. Em Curitiba, nessa cidade maravilhosa, com uma população de 830 mil pessoas, há hoje 140 mil desempregados e 350 mil pessoas no mercado informal, por falta de empregos. A pesquisa foi generosa e a sua interpretação extraordinariamente generosa. O Presidente Fernando Henrique Cardoso precisa admitir que o seu Governo não tem política social e que vai sofrer uma rejeição, cada vez mais absoluta e dura, por parte da população brasileira.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Agradeço o aparte de V. Ex^a, até porque, como ex-Governador do Paraná, com a experiência que tem, contribui muito para a análise que fazemos. Eu disse no começo do meu pronunciamento que não quero tapar o sol com a peneira. Penso que o julgamento da população não é apenas com relação ao Presidente, mas com relação a todos nós, que estamos discutindo a nova rota.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães - Concedo-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães - Lamento discordar do Senador Roberto Requião, até porque, da maneira como é feita a pesquisa, muitos problemas, sobretudo municipais, são colocados como problemas do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Por exemplo, o transporte nas capitais é colocado como problema - e não se trata evidentemente de problema do Governo Federal, mas de um mal ou bom prefeito, a saúde municipal ou estadual, a educação de uma forma ou de outra. Tudo isso, a popu-

lação não vai distinguir na hora se o responsável é o prefeito, o governador ou o Presidente da República. Consequentemente, esse erro é trazido para a pesquisa como um todo. Confesso que não entendo assim, embora veja algumas falhas. Vou pedir a transcrição do excelente artigo do Deputado Roberto Campos no jornal de hoje, que considero perfeito, inclusive como crítica ao próprio Governo Federal. Mas não é por essa pesquisa e, sim, por uma crítica construtiva, como salienta o Senador Bernardo Cabral. Todavia, a acreditar na verdade das pesquisas, tenho a lamentar que o Senador Roberto Requião esteja, com o Sr. Jaime Lerner, em grande lugar nas pesquisas do Brasil.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Agradeço o aparte do nobre Senador Antonio Carlos Magalhães e, em função do aparte de S. Ex^a, não farei o comentário que tinha planejado fazer sobre a leitura que tem que ser feita sobre números frios como esse.

É claro que a pesquisa, pelo nível das perguntas, não trata apenas do desempenho do Governo Federal, muito menos do desempenho do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Retrata, no caso, com veracidade cristalina - um estado de ânimo da população com a situação geral do País sobre a qual todos nós temos responsabilidades.

Não quero tapar o sol com a peneira. Estou aqui para ver o lado positivo das pesquisas, e o lado positivo é o alerta que ela nos traz. Eu gostaria de trazer à reflexão do Senado Federal o seguinte: esse co-piloto que assumiu o comando da aeronave foi claro para os passageiros no sentido de que, para comandar a segunda parte do voo com tranquilidade, na velocidade desejada, na altitude que não oferece riscos, precisa de mudanças em algumas peças fundamentais dessa aeronave, que são as reformas. Não há - e os senhores ex-Governadores estão aqui para dizer isto com clareza - como fazer este País governável com um déficit público de 4,5% do PIB.

Ou tomamos medidas claras no sentido de regular a vinda do capital privado para os setores produtivos da economia, ou fazemos mudanças claras no sentido de repensar o papel do Estado na sociedade - de forma que o Estado brasileiro não mais seja dono do Grande Hotel de Araxá, porque isso o capital privado pode fazer - para que, assim, ao mesmo tempo em que tenha sob seu encargo menos coisas, que poderão ser melhor cuidadas, e, então, voltar-se para uma educação básica de qualidade, uma saúde pública universalizada, um programa sério de ciência e tecnologia; enfim, aquelas áreas que são missões precípua do Estado.

Essas modificações estão acontecendo, só que pela via democrática, como nós escolhemos - nós, povo brasileiro. E o caminho democrático exige negociação e flexibilidade. Talvez essas modificações sejam feitas num tempo menor que a angústia e a perplexidade do povo brasileiro desejariam - legítimas, aliás, pelas dificuldades que atravessa. Mas esse é o caminho que a liberdade, a democracia e a estabilidade econômica indicam.

O ensinamento que quero tirar dessas pesquisas para minha postura pessoal e que quero deixar para reflexão desta Casa é que seria muito fácil dizer que a popularidade do Presidente caiu alguns pontos. Da mesma forma que se amanhã Sua Excelência lançar um programa específico, a popularidade aumentará alguns pontos. Nada disso é fundamental. O fundamental é reconhecer que hoje pela manhã 16 milhões de brasileiros não tomaram café. O forçoso é reconhecer que as desigualdades do País são muito grandes. E que as âncoras provisórias que sustentam o plano de estabilização econômica são, a maioria delas, cruéis: juros altos, política cambial, compulsório alto, variáveis macroeconômicas que reduzem a possibilidade de crescimento econômico e, portanto, de geração de emprego e renda.

E enquanto não formos capazes de, através da negociação política, aprovamos as reformas mínimas, diga-se de passagem, que são fundamentais para repensar o papel do Estado na sociedade, enquanto não formos capazes de nos juntar em função de nossas convergências, ao invés de ficarmos aqui apenas discutindo nossas eventuais divergências, não daremos a este comandante do avião, escolhido pela maioria dos passageiros, condições de voo sem turbulência.

O Sr. Josaphat Marinho - Permite-me V. Exª um aparte, Senador José Roberto Arruda?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Pois não, nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - Srs. Senadores, pediria aos apartes que fossem breves, pois o tempo do orador está se esgotando.

O Sr. Josaphat Marinho - Pediria apenas a V. Exª que atentasse em que reformas o Congresso também já deu ao Governo. Há quase um ano foram promulgadas quatro emendas constitucionais. Algumas delas fundamentais porque relativas à ordem econômica. E ainda não vieram ao Congresso para o devido exame as leis complementares. E precisamos atentar nisto para que não se fique repetindo, inclusive por origem oficial na imprensa, que a responsabilidade na demora da reformas é do Congres-

so Nacional. É preciso dividir a responsabilidade, sobretudo no momento em que os órgãos do Congresso estão também muito mal na opinião pública. Nós devemos considerar essas pesquisas, como deve considerá-las o Governo, como mecanismos próprios da ordem democrática. É sentindo a reação do povo que o Congresso e o Governo melhoram o seu padrão de trabalho e de esforço.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Senador Josaphat Marinho, gostaria de fazer minhas as palavras de V. Exª. Penso que se trata realmente de dividir responsabilidades.

E quero reconhecer de pronto que o Congresso Nacional, ao aprovar não só as quatro, mas as cinco emendas da ordem econômica no ano passado, deu instrumentos de busca do capital privado para os setores produtivos da economia. E reconheço também de público que talvez nem o próprio Governo esperava essas modificações tão rápidas, porque não se preparou para regulamentá-las com a rapidez que desejava. A primeira delas, das telecomunicações, foi aprovada na Câmara e vem agora ao Senado.

É verdade, V. Exª tem razão: da mesma forma que é verdade que outras reformas estruturais para o Estado brasileiro ainda caminham mais lentamente do que todos gostaríamos, é fundamental que juntemos as nossas convergências em cima dessas reformas fundamentais, respeitando os limites da negociação política, mas gerando possibilidades de um modelo novo de desenvolvimento para o País.

O Sr. Romero Jucá - Senador José Roberto Arruda, permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Ouço-o com prazer, nobre Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá - Senador José Roberto Arruda, rapidamente gostaria só de acrescentar aos comentários que já foram feitos que não pretendo entrar no mérito desse ou daquele índice. Creio que, na verdade, o que já foi dito aqui, e o que podemos interpretar, é que, ao se medir o resultado da pesquisa, está se medindo o nível de satisfação do País sobre vários aspectos. Na verdade, o povo brasileiro está vivendo melhor ou pior em determinado setor - educação, saúde - e aí há uma parte, como disse o Senador Antonio Carlos Magalhães, que cabe a prefeituras, a Estados e ao próprio Governo Federal. Personificar isso na figura do Presidente da República é sobretudo um erro no nível de aferição da questão. Entendo também que essa pesquisa é importante na medida em que difere caminhos e levanta questões nacionais que precisam - aí sim - ter a

atenção do Governo Federal como indutor de programas específicos nas áreas que foram medidas. Espero que o Governo Federal não tome o resultado dessa pesquisa como uma aprovação ou desaprovação ao Presidente, mas como uma sinalização da necessidade, das aspirações e das dificuldades pelas quais passa hoje a população brasileira.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Recolho as palavras do Senador Romero Jucá para incluí-las na conclusão do meu pronunciamento, Sr. Presidente.

E, entre todas as opiniões sensatas e experiências surgidas nesse debate que considero profícuo, gostaria de destacar dois pensamentos: o primeiro deles, dito claramente pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, pelo Senador Romero Jucá e, com outra linha de raciocínio, também pelo Senador Josaphat Marinho, de que essa pesquisa não trata apenas da aferição de popularidade do Presidente, mas revela o sentimento de satisfação e insatisfação da sociedade brasileira.

O Sr. Ramez Tebet - Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Se o Presidente da Mesa me permitir?

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - O tempo de V. Ex^a está ultrapassado um minuto, Senador, mas, em homenagem ao Senador Ramez Tebet pediria que concluisse em trinta segundos.

O Sr. Ramez Tebet - Pela tolerância de V. Ex^a, Sr. Presidente, serei breve. Periso que a pesquisa é a fotografia de um momento, como alguém disse, retrata o momento e não consegue retratar o futuro, mas traça rumos. Vejo, com muita alegria, que o Governo parece estar acompanhando o sentimento da opinião pública. Concordo com V. Ex^a. Com toda certeza essa pesquisa demonstra aquilo que o Governo está falando, isto é, é preciso voltar os olhos rapidamente para atacar a dívida social do País. A pesquisa, a meu ver, está dizendo isso, porque foi realizada depois da chacina no Pará, depois da divulgação do índice de reajuste do salário mínimo - 12% - e dos inativos, pensionistas e aposentados - 15%. Tudo isso demonstra que o Governo está, com as medidas que já vem adotando, olhando para o lado social. Então, ele deve dar mais ênfase ao problema social que assola o País. É isso, no meu entender, o que a pesquisa está indicando e sobre o que o Governo já está sinalizando.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Muito obrigado, Senador Ramez Tebet.

Agradeço a compreensão do Sr. Presidente e concluo dizendo que, em uma outra pesquisa da

Vox Populi, houve uma declaração do seu responsável dizendo que isso pode representar falhas no aparelho de Estado em todos os seus níveis: Governos Federal, Estadual e Municipal, embora o Presidente da República em si, até pelo sentimento de expectativa que o seu plano de Governo gera na sociedade, ainda esteja poupado desse sentimento de insatisfação.

Sr. Presidente, há um outro ponto que eu gostaria de registrar. Acredito em pesquisa; respeito os números e os analiso de forma relativa. Esses números não são absolutos, mas sim relativos. Considero que essa pesquisa é uma luz amarela, que sinaliza não apenas ao Presidente, não apenas ao Governo Federal, mas também a todos os que têm vida pública neste País.

Agora, a sociedade brasileira, que, num primeiro momento, estava grata devido ao fato de o "avião não ter caído" com a alta inflação existente e que ficou feliz apenas por seguir viagem, deseja mais. É legítimo que o povo brasileiro deseje, além da estabilidade econômica, a modificação das bases que sustentam o Plano de Estabilização, para que o Estado brasileiro, repensado, modificado, com nova estrutura, possa, com eficiência, atender às graves demandas sociais e corrigir o desnível entre as classes sociais brasileiras.

Sr. Presidente, com este alerta, se todos nós do Congresso Nacional e os Governos Federal, estaduais e municipais nos unirmos num projeto básico de país, que, necessariamente, passa pelas reformas, poderemos construir o projeto de país dos sonhos de todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior por cinco minutos.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a votação das Emendas Constitucionais que consubstanciam a reforma do Estado brasileiro tem encontrado contratempos previsíveis, em virtude de sua profundidade e dos aspectos polêmicos de que as mesmas se revestem. O inevitável jogo de pressões e de reivindicações ocorre dentro dos parâmetros democráticos, embora ocorram episódios menores, como o que vem envolvendo a bancada do Estado do Acre na Câmara dos Deputados.

Nos últimos dias, a imprensa vem registrando, com frequência, uma suposta manobra coletiva dos deputados acreanos, que condicionariam seus votos à obtenção de favores espúrios do Governo. Chegou

a haver, até mesmo, uma afirmação taxativa de que "todos os oito Deputados Federais do Acre" estariam trabalhando em conjunto, exigindo a nomeação de uma determinada pessoa para a Superintendência Regional do INCRA, em troca de seus votos no plenário.

Quero, preliminarmente, deixar clara minha posição quanto à sempre falada questão da "distribuição de cargos". Acredito que se trata, na verdade de "distribuição de encargos", a participação efetiva nas responsabilidades de Governo, daqueles partidos empenhados em dar apoio às suas propostas. Ao invés do mero fisiologismo, tantas vezes denunciado com desprezo, o que precisa ser destacado é o fato de que só pode se alinhar com as diretrizes administrativas quem delas participa efetivamente, desde sua formulação primária até a execução.

Mas, nunca sob essa forma, de chantagem, de extorsão de privilégios, de pressões que maculam os mais elementares princípios de ética e dignidade política.

Da mesma forma, a luta em prol de verbas e recursos materiais para o Estado que cada um de nós representa, esta é também uma luta legítima e obrigatória para os Senadores e Deputados Federais - onde se exige, igualmente, dignidade e altivez de todos os envolvidos.

Eu mesmo, nos últimos 22 anos, tenho percorrido, com persistência e espírito público, os mais importantes Gabinetes do Governo, à procura de apoio para reduzir os índices de miséria e isolamento do povo do Estado do Acre. E, mercê de Deus, colhi alguns resultados significativos, que não cabe relacionar nesta oportunidade. Assim como este Senador da Amazônia Meridional, acredito que todos os demais participantes da presente sessão não se negam a envidar esforços, quando se trata de buscar o progresso social e o desenvolvimento econômico das respectivas Unidades da Federação.

Estas declarações, na verdade, são o discurso que hoje venho pronunciar: o conceito da diferença entre reivindicação legítima, por parte dos Representantes de um Estado, e a chantagem pura e simples, a barganha sórdida dos votos em troca de mordomias ou benesses inconfessáveis.

Os Deputados Federais do PMDB do Acre não participam dessa execrável prática; não falo pelos demais Representantes, pois seu julgamento será feito pelo povo, nas urnas soberanas - afirmo, precisamente, que quando um Deputado do PMDB do Acre pronuncia o seu voto, age ligado apenas às obrigações da representatividade e da consciência cívica.

Voto contra ou voto a favor, na realidade, é uma alternativa que nossos companheiros ponderam com altivez e espírito democrático.

O PMDB do Acre não tem donos nem patrões; mesmo permanentemente empenhado na ação coordenada, jamais tenta solapar o sagrado direito de opinião e os pronunciamentos de seus membros. Por isso, quando os Deputados do PMDB, Mauri Sérgio e Chicão Brígido, votam em divergência com o Governo e seus Líderes, quando isso acontece é porque seus ditames de consciência acolhem a orientação suprema, de não decepcionar os cidadãos que os elegeram.

Este registro, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem por objetivo fazer o definitivo esclarecimento da questão. E enfatizo mais uma vez: se está havendo chantagem ou extorsão sobre o Governo Federal, na Câmara dos Deputados, os Representantes do PMDB delas não participam, como jamais participaram. Esse jogo menor de exigir cargos em troca de votos, não faz parte de nossa conduta no plenário, nas Comissões, nem nas articulações partidárias.

O povo do Acre sabe disso e conhece seus representantes.

Na hora oportuna dará seu veredicto contra mais essa conduta vergonhosa, praticada por elementos aliados a um esquema político-partidário que tantos constrangimentos têm causado ao Estado, nos últimos anos.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Nabor Júnior, o Sr. Jefferson Péres, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres. V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na sessão de sexta-feira, fiz ecoar, neste plenário, o clamor da grande imprensa brasileira contra o processo espúrio que marcou a votação da Reforma da Previdência, na semana passada, na Câmara Federal, mediante cenas de fisiologismo explícito por parte, segundo a imprensa, da chamada Bancada Ruralista e da Bancada do Estado de Minas Gerais.

Tem noticiado a imprensa que a Bancada Ruralista beneficiou-se, ou se teria beneficiado, na supressão de quatro artigos da medida provisória refe-

rente ao Banco do Brasil e que isto implicaria, na prática, um calote de R\$3,5 bilhões àquele Banco oficial.

No entanto, Sr. Presidente, surge uma denúncia ainda mais grave feita pelo colunista José Casado, no **Estado de S. Paulo**, edição de sábado último.

Diz aquele jornalista que o artigo 8º da medida provisória tinha quatro linhas. Nelas, havia uma tornando insubstituíveis - ou "infungíveis", como especificava - os bens dados como lastro aos financiamentos públicos na armazenagem de produtos agrícolas. Ou seja, aquelas pessoas que, por delegação do Governo, armazenam grãos dados em garantia de financiamentos oficiais na vigência desse artigo 8º, de cunho moralizador, esses bens não podem ser substituídos.

Deixo ao Sr. José Casado a responsabilidade pelo que diz; apenas estou esperando esclarecimentos, inclusive, do Governo, Sr. Presidente.

A Bancada Ruralista, por intermédio de cinco Deputados citados nominalmente pelo jornalista - os Srs. Deputados Hugo Biehl, Werner Wanderer, Pedro Abrão, Abelardo Lupion, Nelson Marquezelli e Romel Anízio - teria negociado na tarde de quinta-feira, no Palácio do Planalto, com o Ministro de Assuntos Políticos Luiz Carlos Santos, a supressão desses artigos - um deles o oitavo - o que faria com que os bens armazenados deixassem de ser infungíveis e se tornassem substituíveis, como era antes da edição da medida provisória.

Qual o efeito disso na prática? Explica o jornalista José Casado:

"Como produtor, Lupion - um dos Deputados citados - sabe que centenas de agricultores tomaram empréstimo no Banco do Brasil, guardaram a produção em armazéns credenciados pelo Governo e, no final, foram roubados. Ficaram sem o produto e com uma dívida bancária.

Nesse ponto da explicação, Lupion poderia ter sido socorrido pelo colega ao lado, o Deputado Pedro Abrão, que mantém grandes negócios na armazenagem de grãos com financiamento público. Abrão talvez pudesse ter esclarecido que aquele artigo inibia um tipo de maracutaia muito freqüente na armazenagem.

É assim: O armazenador privado, fiel depositário, recebe o produto - digamos, arroz do tipo 1. Pouco depois vende, substituindo-o por outro de qualidade inferior.

Quando o Governo pede sua devolução na Justiça, alega-se que o produto era um bem fungível, ou seja, que não só podia ser como foi substituído, porque é um produto perecível. A Justiça vinha aceitando esse argumento, e o Governo vinha morrendo em bilhões.

Abrão deve conhecer tais episódios, até porque são freqüentes em Goiás, onde a capacidade de armazenagem já supera 12 milhões de toneladas. Seu Estado ocupa lugar de destaque na história recente dos lucros privados, em operações de armazenagem privada com financiamento público, ruínas para o Erário. Elas estão contadas em detalhes em volumosos processos no Tribunal de Contas da União.

Aliás, no caso goiano, os auditores do TCU demonstraram o favorecimento de empresários como Pedro, Moisés e Vânia, em contratos de armazenagem superiores a US\$3,5 milhões. Eles têm o sobrenome Abrão e marcada influência na política regional. Pedro é Deputado. Na tarde de quinta-feira, foi fotografado saindo na sala do Ministro Santos, no Palácio do Planalto."

Sr. Presidente, a denúncia é da maior gravidade. Envolve Deputados. Não sei se são procedentes, não me arvo em acusador, mas está assinada por um jornalista respeitado neste País. Segundo ele, teria havido uma barganha dos ruralistas com o Governo Federal, com a supressão, além dos outros três, deste artigo que implica, Senador Bernardo Cabral, restabelecer-se o regime anterior, na armazenagem de grãos, o que já representou realmente um prejuízo vultoso para o Tesouro Nacional.

Aliás, o último Presidente da CONAB saiu atirando e denunciando que teria sido demitido por pressão de ruralistas envolvidos nesses negócios escusos.

O Sr. Bernardo Cabral - V. Exª me permite um aparte, nobre Senador Jefferson Péres?

O SR. JEFFERSON PÉRES - Concedo-lhe o aparte, Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral - Senador Jefferson Péres, o problema que V. Exª alinha, ao comentar o artigo dado a lume em **O Estado de S. Paulo**, representa sem dúvida uma pirataria política, o que é próprio de quem pensa que o País é feudo de paixões ou de maquinacões paroquiais. Está na hora de o Governo sair desse contorcionismo político. Ainda há pouco, o Senador Antonio Carlos Magalhães dis-

se que iria pedir a transcrição nos Anais de um artigo dado à estampa no domingo último, pelo Deputado Federal Roberto Campos, que tem, realmente, essa terminação: "Está na hora de o Presidente deixar de ser bonzinho". No instante em que se exclui, se retira de uma medida provisória um artigo que é altamente moralizador e não há um esclarecimento necessário, convincente, vai haver, sem dúvida alguma, reflexos na figura do Presidente da República, que, por todos é sabido, por seu mais ferrenho opositor, é um homem sério, decente, que não tem tido, pelo menos até agora, qualquer envolvimento em trapalhadas dessa natureza. No entanto, o que V. Ex^a declara, registra, no que faz muito bem, traz ao conhecimento da Casa sem emitir juízo de valor, é uma circunstância das mais graves porque, ainda recentemente, alguns companheiros nossos do Senado estiveram sendo alinhados, enumerados - e não somos nós dois, ainda bem - como integrantes da Bancada Ruralista. Essas coisas precisam ser esclarecidas. Eu queria apenas juntar este aditamento para cumprimentar V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Obrigado, Senador Bernardo Cabral. V. Ex^a fala com autoridade, porque jamais teve seu mandato, este e o de Deputado Federal, maculado por práticas desse tipo.

Sr. Presidente, insisto no tema, porque não podemos bancar avestruzes. Não podemos, Senadores como eu e outros, simplesmente chegar ao nosso eleitorado, em nosso Estado e dizer: "Não fazemos isso; não praticamos coisas desse tipo". Ora, Sr. Presidente, isso não basta. Se não denunciarmos, se não ajudarmos a denunciar, não pedirmos explicações, não protestarmos contra essas práticas antiéticas, estaremos sendo coniventes, estaremos pecando por omissão, estaremos nos curvando ao corporativismo do Parlamento, que é notório, estaremos sendo cúmplices disso também. Sei que isso é incômodo; sei que tem consequências; sei que esses protestos, essa inconformação com procedimentos que já se vão tornando corriqueiros no Parlamento geram contra nós incompreensões e até hostilidades surdas, mas reais. Não me importa.

Não fui eleito para me acumpliciar com isso e não vou fazê-lo nunca, Sr. Presidente. Sou do Partido do Presidente da República, e isso pode gerar incompreensões, lá, entre meus colegas, no Planalto, isso pouco me importa. Também não estou aqui para ser agradável. Estou sendo fiel aos postulados e ao programa do PSDB, um Partido que nasceu sob o signo da ética, e o Presidente foi eleito também sob esse signo. Se ele não entender que eu é que estou defen-

dendo o Governo e não os que o fazem ceder a coisas assim, paciência; meu distanciamento do Presidente vai continuar e vai até se aprofundar.

Os jornais registraram no final de semana - e já foi comentado aqui - uma queda na popularidade do Presidente. Entendo que isso se deveu a vários fatores. Em primeiro lugar ao fim da chamada lua-de-mel, o que é natural; há um processo de desgaste natural do poder, uma frustração de expectativas, com uma dívida social enorme, que o Governo não pode combater com medidas eficazes a curto prazo, porque exigem medidas de longo prazo até.

Sr. Presidente, não tenho dúvidas também de que contribuiu para essa queda de popularidade a concessão que o Governo tem feito sistematicamente às pressões fisiológicas do Congresso Nacional. Para um Presidente que foi eleito sob o signo da ética na política, ceder pode ser fatal para ele, porque a sua credibilidade é afetada de forma irreversível.

Entendo que o Presidente da República deveria repelir chantagens desse tipo, pois não há outro nome senão "chantagem", Sua Excelência tem tomado medidas impopulares e, diga-se de passagem, com grande coragem, quando não cede à demagogia e evita, por exemplo, aumentos salariais que explodiriam as contas públicas. É doloroso e duro tomar essa atitude, mas é impossível fazer a sociedade, e principalmente os atingidos aceitarem isso quando tomam conhecimento de que o Governo Federal negocia coisas que custam bilhões ao erário.

Estou, portanto, em nome do verdadeiro PSDB, da alma do PSDB nacional, fazendo um apelo para que o Presidente da República dê esclarecimentos públicos quanto a isso, repila essa verdadeira coação que sofre por parte dessa banda podre do Congresso, com a qual não podemos e não iremos jamais compactuar, custe isso o que nos custar, inclusive dentro do Senado Federal.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, para uma comunicação, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, VII, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo solicitar a V. Ex^a a transcrição de um artigo do Deputado Roberto Campos, publicado em **O Globo** de ontem, que retrata, aos meus olhos, a situação do Brasil, intitulado "Os Ladrões da Caixa d'Água".

Pode-se ou não ser adepto do Dr. Roberto Campos, que foi brilhante figura do Senado da República e hoje ilustra, com sua presença, a Câmara dos Deputados. Ninguém nega, entretanto, o seu alto valor e o significado do que ele escreve.

Este seu artigo traduz a situação do País no momento em que vivemos, revelando as deficiências do Executivo, do Legislativo e do Judiciário na fase difícil da vida pública brasileira.

Acredito que todos os Senadores deveriam tomar conhecimento deste artigo, que, a bem dizer, poderia traduzir muito do que pensa o Senador Jefferson Péres, mas que vai nas raízes dos vários problemas nacionais e indica as suas soluções. É importante que, nesta fase difícil da vida pública brasileira, ao invés de estarmos a culpar a ou b, possamos encontrar caminhos e soluções. E é realmente com competência que se vai encontrar as soluções para o Brasil.

Falo com a autoridade de quem já divergiu e muitas vezes pode divergir do Governo, mas que nunca deixou de votar as medidas essenciais e as reformas indispensáveis que o Governo apresentou, mesmo no auge das divergências. Isso me dá autoridade para dizer que não se negocia com coisas sagradas, senão se comete o pecado da simonia.

E como não quero que o Governo ou o Congresso cometam o pecado da simonia, ou seja, negociar coisas sagradas, penso que esse relacionamento tem que ser em função de assuntos maiores do que os que infelizmente temos tratado nas duas Casas do Congresso Nacional.

A última semana não foi feliz para o Congresso e até mesmo para o próprio Executivo. Conseqüentemente, temos que refletir sobre isso. Hoje é uma segunda-feira, não é um dia de muita frequência nesta Casa. Entretanto, creio que os Srs. Senadores, com a experiência que quase todos têm da atividade na vida pública, seja parlamentar ou do próprio Executivo, têm uma contribuição a dar ao País nesta hora, mas essa contribuição passa, sobretudo, pelo interesse público. Quando não se vê a coisa pública acima de qualquer outra, não se procede bem, seja no Executivo ou no Legislativo.

Por isso, quero, neste instante, ao pedir esta transcrição, solicitar também uma reflexão de todos aqueles que, nos três poderes, têm obrigação com a República, até porque o que vemos hoje é que, também no Judiciário, muitos não estão no cumprimento dos seus deveres, ou porque exageram nas suas funções, ou porque debatem assuntos políticos, quando, na realidade, ministros falam nos autos e

não na imprensa, como é do seu dever. Está-se tornando uma rotina os ministros discutirem assuntos políticos na imprensa, o que nunca ocorreu em tempo algum no Brasil.

O Sr. Jefferson Péres—São os ministros vedetes.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES — O vedetismo, como salienta o Senador Jefferson Péres, de quantos querem aparecer e não vêem que a sua função é outra, sobretudo aqueles que chegam à mais alta magistratura do País.

É hora de se refletir sobre isso no Judiciário, no Executivo e no Legislativo.

Portanto, ao pedir essa transcrição, tenho certeza que a minha voz será, embora frágil, ouvida no Senado da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO:

OS LADRÕES DA CAIXA D'ÁGUA

Roberto Campos

Há poucos dias numa carta a um jornal, um leitor formulava de maneira simples e objetiva o problema principal do Governo neste momento: quanto é preciso para encher uma caixa d'água cheia de ladrões e com as torneiras abertas? A mais séria das dificuldades do Estado brasileiro é precisamente isso: pelo desperdício, pela lambança, pela corrupção demagógica, pela falta de prioridades e de critérios chegamos a uma criminosa ineficiência geral nos gastos públicos.

Não é preciso explicar isso a Fernando Henrique. Em matéria de lucidez, não há o que se lhe possa acrescentar. Mas com uma economia muito apertada, e com limitada capacidade de manobra política, ele está sendo atropelado, em nome de demandas sociais, por grupos radicais ou populistas a que ele próprio desavisadamente ofereceu espaço. E tem respondido apenas reativamente às provocações, como o reflexo do joelho quando o médico bate o martelinho de borracha.

Parece endossar a angelização, pela mídia, dos guerrilheiros do Araguaia, como se fossem escoteiros fazendo piquenique com balas de festim. Atiravam para matar. Planejavam nada menos do que criar uma república comunista, segundo a técnica do foquismo de Che Guevara, isto é, a multiplicação de focos de insurreição. E se fossem vitoriosos, haveriam milhares de burgueses desaparecidos e alguns gulags. E ninguém ousaria falar em indenizações, direitos humanos e outras esquisitices da moral burguesa.

É tempo de o Presidente deixar de ser bonzinho e pôr ordem na casa. Os funcionários públicos que invadiram o Ministério da Fazenda, assim como os eletricitários chantagistas, que ocupam subestações e nos ameaçam de black-out, devem ser sumariamente demitidos. A demissão por justa causa é bom remédio para a inconcebível libertinagem das greves de serviços essenciais do setor público, que pesam exatamente sobre os mais indefesos. A privatização dos monopólios é ainda melhor remédio, sendo por isso lamentável a promessa presidencial de não privatizar a "Petrobrás".

Fernando Henrique não vai ganhar palmas da oposição de esquerda e vizinhanças. Todas as oposições, em todo o mundo, pretendem substituir os governos – tirar quem está lá em cima para sentar no lugar. É do jogo do poder. Nos países de mais alto nível de cultura política, a disputa se concentra hoje muito mais na gerência do que no poder. Os participantes concorrem num mercado político competitivo, oferecendo os seus produtos aos consumidores – opinião pública e eleitorado – propondo, não grandes opções ideológicas, mas um melhor balanço de custos e benefícios. O que resta de demagogia radical se concentra nas franjas fundamentalistas étnicas e nacionalistas.

Nos politicamente menos desenvolvidos, a disputa de poder tende a virar intransitiva e irracional, com a mobilização de rancores pelas esquerdas e/ou pelo radicalismo étnico e religioso.

No caso brasileiro, a única real esperança que o PT e essa excrescência caudilhesca que é o PDT podem alimentar de retornar ao centro do palco (onde pensam estar em 98) é a de que a economia entre em parafuso, numa crise total de governabilidade. Se o Governo levar adiante as reformas, a equação política do País vai ser outra. E ainda que a coligação governamental venha a perder popularidade, não existirá espaço para uma verdadeira recuperação das atuais esquerdas. Admitir que as reformas sejam levadas a cabo com êxito seria, para os nossos dogmáticos, aceitar a viabilidade prática do neoliberalismo, coisa assustadora para os neoconservadores.

As oposições não têm alternativas para propor, mas sabem atrapalhar. A demora das reformas revela como nossa estrutura partidária é frágil, obrigando os governos a comporem bases parlamentares precárias, a um custo exorbitante, e complicando as decisões sobre temas em que haja alguma controvérsia. O permanente risco eleitoral empurra muitos congressistas para o imediatismo e para iniciativas retóricas ou demagógicas. Todas as democracias, aliás, encontram hoje dificuldades para resistir à ação dos mais organizados ou mais estridentes. E os temas sociais são aqueles em que os demagogos, os ressentidos e as esquerdas organizadas mais faturam. Hipocritamente, aliás, porque nossas esquerdas não gostam dos pobres. Gostam mesmo é dos funcionários públicos. São estes que, gozando de estabilidade, fazem greves, votam no Lula, pagam contribuição para a CUT. Os pobres não fazem nada disso. São uns chatos...

Nossa realidade são imensas carências (embora não tantas quanto fazem parecer o vício pessimista e sensacionalista da imprensa, e a deliberada deformação ideológica dos descontentes). O crescimento econômico do País, travado temporariamente pelas crises mundiais de 80 a 82, culminando com o desastre da insolvência do México, nunca mais se recuperou. Foi uma década e meia de crises sucessivas, em que o PIB cresceu em média apenas 1,8% ao ano, permanecendo estagnado *per capita*. E, sobre esta base estreitada, desabou o peso do dilúvio demográfico, que desde 1950 adicionou cem milhões de novos habitantes, entupindo as cidades com gente pouco qualificada para as demandas de uma economia industrial em rápida evolução. O Brasil não parou de progredir socialmente, mas os problemas correram à frente. É bom lembrar que carências existem até nos homogêneos pequenos países nórdicos, e que, nas sociedades desenvolvidas, há 5 a 15% que ficam de fora. São os perdedores do sistema – subclasse, no sentido de Dahrendorf – para os quais não se encontraram ainda soluções satisfatórias.

No Brasil, há dois problemas básicos: os números excessivamente altos da pobreza absoluta, que nada justifica, chegue a 16 milhões de pessoas, e a absurda ineficiência e lembrança do Estado no uso social dos limitados recursos. Em relação ao PIB, já temos a mesma proporção de gastos públicos e sociais que

países como os Estados Unidos e o Japão. Explorar essa situação para forçar o Governo contra a parede tem sido fácil. Tanto mais quanto não temos o hábito de exigir decência ou responsabilidade dos críticos, e gostamos de um exagero. Mas a verdade é que Fernando Henrique compreendeu corretamente a hierarquia desses problemas. Para que o caminhar da economia possa transportar a carga social, é preciso, antes de mais nada, que funcione. Estou à vontade para falar, porque, com Castello Branco, tivemos de seguir essa ordem: recuperar a economia, e a funcionalidade do Estado, para então poder agir na parte social – o que foi feito através, por exemplo, do programa habitacional e do Estatuto da Terra.

Há, porém, um reparo a fazer ao atual Governo. Capricha muito no discurso, mas tem sido fraco na gerência. Otimizar a gestão dos recursos é crucial: hoje, o mau uso destes é pior do que a falta. Desde 1985, somos minados por uma doença paralisante de todos os órgãos de ação. A demagogia delirante levou à constitucionalização e à judicialização de tudo. Qualquer ato de autoridade na aplicação de uma lei, ou na execução de um programa, pode ver-se contestado por liminares das instâncias mais baixas. Estas, não estando vinculadas pelas decisões dos tribunais superiores, fazem o que bem entendem, dando um enorme trabalho para se consertar mais em cima. Naturalmente, o fato de que o Judiciário se tornou o tapetão em que os jogos acabem tendo de ser decididos não é culpa deste, mas do baixo nível técnico e da predominância da demagogia e dos interesses especiais que vêm caracterizando o processo político. Serão necessárias mudanças constitucionais e infraconstitucionais mais amplas do que as da limitada reforma administrativa proposta.

Roberto Campos é Deputado Federal pelo PPB – RJ.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao eminente Senador Josaphat Marinho para uma comunicação, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, III, do Regimento Interno.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA. Para uma comunicação. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao entrar neste plenário fui informado por alguns ilustres Colegas de ter sido incluído o meu nome na lista dos membros da bancada ruralista em notícia publicada pelo **Jornal Folha de S. Paulo**. Embora leitor assíduo da **Folha**, não atentei para tal notícia.

A segura informação que me foi dada basta-me como certeza para a contestação que ora faço. Nada, absolutamente nada, justifica que hajam transmitido ao **Jornal Folha de S. Paulo** a inclusão de meu nome no rol dos membros da bancada ruralista. Não participo da posição por eles adotada no Congresso Nacional. Não sou proprietário rural de pequeno ou grande propriedade. Não tenho empréstimo em banco público ou privado. Não aceito as posições que têm sido adotadas, como a da semana passada, na Câmara dos Deputados, em que foram arquivados privilégios, a meu ver, condenáveis.

Quero, assim, deixar claro que o jornal foi equivocadamente informado, pois que nenhuma razão, de qualquer natureza, justificaria a minha inclusão entre os membros da Bancada ruralista.

O SR. EDISON LOBÃO - Sr. Presidente, peço a palavra, com fulcro no art. 14, inciso II, letra a, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - V. Ex^a dispõe da palavra por cinco minutos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA. Como Líder.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as irregularidades climáticas, provocando enchentes e desastres que tanto infelicitam as regiões atingidas, são acontecimentos cíclicos, para os quais as populações estão mais ou menos preparadas. Sabe-se que em determinados períodos do ano virão as enchentes dos rios, e todos se mantêm alertas para delas se defenderem.

O que ocorreu e ocorre no Maranhão, porém, supera todas as expectativas pessimistas. Há 15 anos não desabavam sobre o Estado as tempestades que envolveram suas diversas regiões, provocando prejuízos de grande monta para os agricultores, comerciantes e as municipalidades.

E o pior, Sr. Presidente, têm sido as seqüelas deixadas pelos temporais.

O Município de Imperatriz, por exemplo, além de ter destruída grande parte da sua infra-estrutura urbana, luta contra os surtos de dengue, tifo, malária, hepatite, leptospirose e febre amarela. Se já não bastassem tantos males, registra-se agora elevado índice de hanseníase entre crianças e adolescentes da rede escolar pública.

Imperatriz, como sabem as Sr^{as} e Srs. Senadores, nasceu do esforço de pioneiros que enfrentaram a Amazônia, avançando e explorando uma de suas extremidades. Transformou-se na segunda cidade economicamente mais importante do Estado, com crescentes perspectivas de permanente crescimento.

Imperatriz sofre diretamente a influência das matas virgens. Destas recebe as riquezas, que estimularam suas origens, mas também as doenças tropicais dos que ousam penetrá-las.

Sr. Presidente: Imperatriz, em instantes como estes, não pode ser abandonada pelo Governo Federal. O Governo Estadual dá-lhe a ajuda que pode dar, mas insuficiente para as suas necessidades.

O atual Interventor Estadual em Imperatriz, o Sr. Dorian Riker Teles de Menezes, acaba de encaminhar dramática carta ao Ministro José Serra, do Planejamento, expondo-lhe a atual situação calamito-

tosa por que passa o Município e pedindo os recursos federais imprescindíveis à sua recuperação.

Diz o Interventor num trecho da carta:

"Temos, ainda, para completar a mol-dura deste cenário desolador, centenas de "sem terras" acampados a 32 km da cidade, em escala crescente pela adesão de aproveitadores e também dos sem emprego, dos sem teto e dos sem comida. É uma autêntica bomba-relógio que poderá detonar, em proporções imensuráveis."

E, mais adiante, após explicar as razões que motivaram a intervenção no Município, registra outro trecho da carta:

"Tal estado de coisas, Senhor Ministro, levou a administração municipal a decretar situação de emergência, reconhecida pelo Governo Estadual e homologada pela Secretaria Especial de Políticas Regionais desse Ministério, instrumento que objetivou dotar o Executivo municipal dos meios indispensáveis à superação daqueles problemas. Os recursos, porém, não foram obtidos, provocando a insatisfação reinante no seio popular que fermenta com explosiva intensidade."

O Senhor Ministro José Serra haverá de sensibilizar-se com o apelo que lhe dirige o Município de Imperatriz.

É nestas horas que se faz necessária a presença da União, estendendo aos Estados a ajuda de que carecem para superar determinadas conjunturas.

Isto o que espero do nosso Ministro do Planejamento e Orçamento.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. EDISON LOBÃO EM SEU PRONUNCIAMENTO:

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

OFÍCIO Nº 021/GAB

Imperatriz, 9 de maio de 1996

Exm^o Sr. Senador da República
Doutor José Serra

DD. Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento
Brasília (DF)

Senhor Ministro,

Localizada às margens do caudaloso rio Tocantins, servida pela Rodovia Belém-Brasília e pela ferrovia Norte-Sul ligada à Ferrovia Carajás-São Luís, esta cidade apesar das potencialidades que possui, tem sofrido amargas experiências de toda sorte.

Com a advenço dos grandes e diluvianos temporais que desabaram impietosamente sobre a cidade, com maior fúria entre março e abril do fluente ano, foi destruída grande parte da infraestrutura urbana, demolindo-se, assim o frágil equilíbrio da qualidade de vida.

Além disso, o apavorante surto de dengue, associado ao corolário funesto de outras epidemias oportunistas, tais como tifo, malária, hepatite, Leptospirose e até febre amarela, trouxeram o componente mais assustador da catástrofe. Se ainda não bastasse, eis que, como o estender de um lençol de maldições, está sendo registrado elevado índice de hanseníase, acometendo com perversa crueldade, grande contingente de nossas crianças e adolescentes da rede escolar pública.

O fenômeno apocalíptico, quase escatológico, afetou também com rigor infernal a malha viária e as estruturas destinadas a drenagem dos riachos Bacuri, Santa Tereza e Capivara, que cortam a cidade, transformados agora em tormentosos inimigos, ao romperem bueiros, galerias e pontos, devastando dezenas de quilômetros de ruas, deixando-as intratáveis.

Temos, ainda, para completar a moldura deste cenário desolador, centenas de sem-terras acampados a 32km da cidade, em escala crescente pela adesão de aproveitadores e também dos sem-emprego, dos sem-teto e dos sem-comida. É uma autêntica bomba relógio que poderá detonar em proporções mensuráveis.

O quadro é bastante desalentador, até porque ao longo dos últimos 3 (três) anos o município vem sendo penalizado com sucessivos e graves problemas de natureza política, que culminaram com o assassinato do Prefeito eleito em 1994 e assunção do Vice-Prefeito, o qual teve uma administração desastrosa a ponto de levantar o clamor público resultando em denúncias do Ministério Público, acolhidas pela Justiça Estadual, levando sua Excelência a Governadora do Estado a promover a intervenção no município.

Tal estado de coisas, Senhor Ministro, levou a administração municipal a decretar situação de emergência, reconhecida pelo Governo Estadual e homologada pela Secretaria Especial de Políticas Regionais desse Ministério, instrumento que objetivou dotar o Executivo municipal dos meios indispensáveis a superação daqueles problemas. Os recursos, contudo, não foram obtidos, provocando a insatisfação reinante no seio popular que fermenta com explosiva densidade.

Diante do exposto, considerando que os recursos financeiros do município são insuficientes para atender aos programas e projetos necessários a recuperação da malha viária da sede do município e, principalmente, melhorar o sistema de saneamento básico, objetivando minimizar os relevantes e emergentes problemas que tumultuaram a vida de nossa população, nos seus 350.000 habitantes, vimos através deste pleito solicitar de V. Exª que se digne autorizar ao setor competente desse Ministério a analisar a possibilidade de liberar recursos para este município, visando atender as seguintes postulações:

a) Saneamento Básico

Drenagem dos riachos Capivara e Santa Tereza que cortam vários bairros da Cidade.

Construção de bueiros, galerias pluviais e emissários em vários pontos da cidade.

Valor estimado da obra: R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

Prazo de execução: 90 (noventa) dias.

b) Recuperação da Malha Viária

Reconstrução de ruas, pontes e avenidas destruídas.

Valor estimado da obra: R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais)

Prazo de execução: 90 (noventa) dias.

Finalmente, Senhor Ministro, na certeza de que este pleito encontrará a devida ressonância no elevado espírito público de V. Exª, aproveito a oportunidade para, em meu nome pessoal e do sofrido povo de Imperatriz, expressar-lhe sinceros e antecipados agradecimentos. – **Dorian Riker Teles de Menezes**, Interventor Estadual em Imperatriz.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 486, de 1996

Senhor Presidente

Requeremos, com base no Capítulo II, seção I, do Regimento Comum do Congresso Nacional, e, após ouvido o plenário, seja convocada sessão solene para o dia 26-6-96, em comemoração dos 10 (dez) anos de reativação das relações entre a República de Cuba e a República Federativa do Brasil.

Justificação

Trata-se de uma data de relevante significado para os dois Países, em virtude dos laços de fraternidade, amizade e respeito que envolvem os seus povos, bem como as relações diplomáticas e comerciais entre Brasil e Cuba.

O objeto desta proposta é o de prestar uma homenagem justa aos dez anos da reativação das relações bilaterais na data de 26 de junho do corrente.

A Câmara dos Deputados aprovou requerimento do Deputado Pedro Valadares e outros, para uma sessão solene nessa mesma data (documento anexo), porém, gostaríamos que a referida sessão fosse do Congresso Nacional, conforme entendimentos mantidos com os Deputados autores da proposição, e que a mesma ocorresse no plenário do Senado.

Sala das sessões, 20 de maio de 1996. – **Roberto Requião – Nabor Júnior – Bernardo Cabral.**

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - O requerimento será votado na próxima sessão deliberativa.

A Presidência recebeu, do Banco da Amazônia S. A., o Ofício Nº 184/96, de 6 do corrente, através do qual encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), posição de 31/12/95. (Diversos nº 09, de 1996-CN)

O expediente vai à Comissão Mista de Plano, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e, em cópia, à Comissão de Fiscalização e Controle. (Diversos nº 9, de 1996-CN)

Será feita, ainda, a comunicação à Câmara dos Deputados, acusando o recebimento do referido expediente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - A Presidência recebeu o Ofício nº 462, de 1996, de 17 do corrente, do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada naquela Casa, destinada a investigar a ocorrência de possíveis irregularidades na fabricação de medicamentos. (Diversos nº 43, de 1996)

O expediente vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - Encerrou-se na sexta-feira última o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1995, de autoria da Senadora Benedita da Silva, que institui Programa de Educação para a Preservação do Patrimônio Ecológico.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 437, DE 1996

Requeiro, nos termos do art. 210, do Regimento Interno do Senado Federal, a transcrição nos anais desta Casa do artigo Os ladrões da caixa d'água, de autoria do Deputado Roberto Campos, publicado no jornal **O Globo**, edição de 19 do corrente.

Brasília, 20 de maio de 1996. – Senador **Antônio Carlos Magalhães**.

(À Comissão Diretora)

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - O requerimento será encaminhado ao exame da Comissão Diretora.

Volta-se à lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet. S. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB-MT. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sereimuito breve. Hoje, ao iniciarmos a semana, entendo ser muito natural o que ocorre no cenário político do Brasil. No meu entender, estamos vivendo uma época excepcional para o aperfeiçoamento do regime democrático no País, e, sem dúvida nenhuma, a imprensa nacional tem dado uma extraordinária colaboração para esse aperfeiçoamento democrático, para a transparência dos negócios públicos e da vida administrativa deste País.

Todos nós - e até a imprensa - cometemos, vez por outra, alguns equívocos. Tanto é, Sr. Presidente, que a **Folha de S. Paulo** - que, sem dúvida alguma, está entre aqueles órgãos de imprensa da primeira linha na luta pela moralidade pública deste País, na luta por esse aperfeiçoamento democrático -, também, vez por outra, transmite, informa aquilo que não corresponde à realidade.

É por isso que, ao aplaudir os êxitos da **Folha de S. Paulo** e da imprensa nacional, não posso deixar de procurar esclarecer o que foi publicado a meu respeito na edição do dia 17 de maio do corrente ano.

No Primeiro Caderno, na página 1-6b, sob o título "Balcão de Negócios de Fernando Henrique Cardoso", a **Folha de S. Paulo** se refere a minha pessoa nos seguintes termos:

"O Senador Ramez Tebet (PMDB-MS), relator dos projetos sobre o Sivam e sobre a CPI, obteve a promessa da construção de uma ponte sobre o rio Paraguai para fazer parecer pelo arquivamento da CPI e pela liberação do empréstimo para o projeto de vigilância da Amazônia."

Quero dizer, em primeiro lugar, que nunca relatei nenhuma comissão parlamentar de inquérito nesta Casa. Senador com um ano e alguns meses de mandato, ainda não me incumbi de nenhuma missão de relatoria referente a qualquer comissão parlamentar de inquérito. O jornal não diz qual é essa CPI, mas fico tranqüilo ao afirmar que não relatei CPI sobre qualquer assunto.

Em segundo lugar, fui Relator do Sivam, o Sistema de Vigilância da Amazônia, e no referido artigo consta que eu teria obtido a promessa de construção de uma ponte sobre o rio Paraguai para proferir parecer no sentido do arquivamento da CPI - que não sei qual é, mas liquido o assunto porque nunca relatei uma CPI - e da liberação de empréstimo para o Projeto de Vigilância da Amazônia.

Quero corrigir esse equívoco porque o homem público tem que ter sua biografia amplamente conhecida. Nunca reivindiquei ao Executivo, jamais conversei na área econômica sobre essa ponte do rio Paraguai, a qual penso referir-se à ponte que procura ligar a BR-262 sobre o Rio Paraguai até a cidade de Corumbá.

Acontece que apenas subscrevi, e nada mais do que isso, uma emenda de bancada assinada por três Senadores, pelo Estado de Mato Grosso do Sul e por oito Deputados Federais. Foi a chamada emenda coletiva que, afinal, fizemos no âmbito do

Legislativo perante a Comissão do Orçamento. Essa emenda sequer logrou um parecer favorável, sendo rejeitada.

Querer ligar qualquer reivindicação nesse sentido dá a impressão de que o Projeto Sivam está inteiramente imaculado ou errado. É preciso que se restabeleça a verdade. Há opiniões contraditórias. O projeto Sivam é polêmico, mas nem por isso vai inibir um parlamentar de, enquanto estiver trabalhando, contribuindo ou dando o seu voto para qualquer projeto polêmico, seja o Sivam, ou um outro qualquer, ficar impedido de qualquer reivindicação ao Poder Executivo. O parlamentar não pode ficar inibido do exercício do seu mandato, da luta pela defesa dos interesses do seu estado.

Sr. Presidente, há determinados assuntos que precisam ser bem apurados; precisamos compreender a vida de um parlamentar. Se há, como aqui foi mencionado e como a imprensa tem citado, negócios antiéticos, que isso seja condenado, mas que não se façam ligações pelo simples fato de determinada matéria controvertida estar em andamento. Se for assim, qualquer parlamentar que estiver relatando uma matéria polêmica estará impedido de exercer ou de fazer valer o seu poder de reivindicação, a sua luta em favor dos interesses que representa.

Não tenho procuração alguma para defender, por exemplo, o Senador Iris Rezende. Mas nesse "balcão de negócios" diz-se o seguinte: "O Senador Iris Rezende indicou Presidente do Departamento Nacional de Produção Mineral."

Certo ou errado, se indicou ou não indicou, não sei, mas, dando de barato, que S. Ex^a indicou esse diretor... Será que um Senador da República iria, por uma indicação, trocar o seu voto por uma matéria que estivesse em discussão? Não acredito em um procedimento parlamentar dessa natureza.

Faço esse registro sem nenhum ressentimento contra esse grande órgão da imprensa nacional, até porque essa ponte - se é a que penso - é muito importante para o meu estado. E, por ser importante mesmo, jamais seria objeto de qualquer negociação para a Relatoria de um projeto. Isso não me inibe.

Sr. Presidente, darei um exemplo daquilo que desejo afirmar. Na quinta-feira, votamos uma matéria controvertida, que foi a negociação que envolveu o Governo do Estado de São Paulo, o Banespa e o Governo Federal. Ora, porque votamos isso, deixarei de reivindicar junto ao Poder Executivo e a esta tribuna o mesmo para meu Estado? E na hora de reconhecerem o valor, a necessidade de o Mato Grosso do Sul receber um empréstimo que venha em so-

corro de suas verdadeiras necessidades? Isso pode ser ligado a qualquer outro voto que, por acaso, venha prolatar no Plenário do Senado da República, ou a qualquer Comissão da qual pertença? Não acredito. Assim, qualquer assunto importante inibir-nos-ia para o exercício do mandato.

Assim é, Sr. Presidente, que ocupei esta tribuna apenas para fazer este registro, sem outras considerações que não a de restabelecer aquilo que julgo um equívoco e também, Sr. Presidente, Srs. Senadores, porque todo homem público tem a sua biografia e, positivamente, tenho de zelar pela minha.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - Com a palavra o nobre Senador Lauro Campos. (Pausa.)

Com a palavra o nobre Senador Joel de Hollanda.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, há temas que precisam ser trazidos à tona para discussão e debate. São tão importantes e tão presentes em nosso dia-a-dia que dispensam uma desculpa para figurar nos pronunciamentos dos representantes nesta Casa Legislativa. A sua própria natureza substantiva justifica-lhes a presença, sempre oportuna.

Um desses temas, Sr. Presidente, é a educação. Em nosso País - custa-me dizê-lo - a situação do ensino público causa profunda consternação e vergonha. Aqui, a educação está de cabeça para baixo. O ensino básico, que em qualquer país civilizado é prioridade nacional, só apresenta qualidade nas escolas privadas, inacessíveis à maior parte da população. O bom ensino superior, por sua vez, está ao alcance dos privilegiados. É inatingível aos pobres.

Registra-se aí a grande distorção. Neste país, com 18 milhões de analfabetos, só metade dos alunos matriculados no I grau da escola pública conclui a oitava série. Deles, grande parte é incapaz de resolver problemas elementares de Matemática, de entender o que leu e de escrever uma redação com começo, meio e fim.

Os que conseguem ultrapassar a barreira do primeiro e segundo graus têm formação de má qualidade. Dificilmente chegarão aos bons cursos superiores, que são públicos. Cito exemplo da Universidade de São Paulo, das melhores do país: setenta por cento dos alunos que logram entrar em um de seus cursos vêm de escolas particulares.

Os mais pobres, com formação básica deficiente, terão que se contentar com uma faculdade priva-

da que, além de cara, em geral oferece cursos de baixa qualidade.

Com isso, Sr. Presidente, amplia-se o fosso social. Os pobres estão condenados a continuar pobres, sem nenhum preparo para enfrentar com êxito os bons concursos ou lograr bons empregos no setor privado. Na prática, os cargos qualificados são destinados a quem pôde pagar por boa formação no I e II graus e teve acesso ao ensino superior gratuito. São negados a quem só pôde contar com a educação oferecida pelo Estado, ou seja, a escola pública, que deveria servir-lhes de redenção, que deveria ser a porta de entrada para uma vida melhor, condena-os à eterna exclusão. A escola, que deveria ser a propulsora da mobilidade social e da correção das desigualdades, tomou-se perpetuadora da iniquidade e do privilégio. Tira do pobre a única chance de progresso individual e social.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é hora de mudar, de dar um basta ao ensino deficiente, à má reputação do professor, aos índices altíssimos de evasão escolar, à repetência generalizada.

O ensino público deve ser de boa qualidade e servir à maioria da população, não à elite. Hoje, o País gasta muito com educação mas gasta mal.

É indispensável corrigir a perversidade do gasto público com educação.

Estudo do Banco Mundial mostra a distorção do investimento no setor. O método foi o seguinte: o banco dividiu a população brasileira em cinco grupos, de acordo com a renda. A mais pobre ficou com 16% dos gastos; a segunda, com 18%; a terceira, com 20%; a quarta, com 22%; e a mais rica, com 24%.

A título de comparação, Sr. Presidente, lembro os números do nosso vizinho Chile. Lá, aos 20% mais pobres cabem 35% dos gastos. Aos 20% mais ricos, 7%.

Estamos a menos de quatro anos do novo milênio. Nosso Presidente da República e nosso Ministro da Educação são conceituados professores. Certamente sabem o que fazer. O que falta? Ouso dizer que falta vontade política. Falta a decisão de assumir o desafio de tornar a escola a redenção dos pobres.

Claro que alguém perderá. Mas esse alguém tem condições de não prejudicar-se. Precisa apenas devolver a fatia que não lhe pertence e que aprendeu a devorar com crescente voracidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O Sr. Valmir Campelo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Joel de Hollanda.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - Senador Joel de Hollanda, a Presidência solicita sua presença na Mesa para que a presida.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Há ainda oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Valmir Campelo.

S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar nos Anais da Casa o transcurso dos 50 anos de fundação do Senac - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

Instalada em 1.700 municípios brasileiros, essa entidade voltada para a formação profissional do trabalhador já atendeu mais de 22 milhões de cidadãos. Só em Brasília e suas cidades-satélites, esse número supera os 350 mil trabalhadores.

Atuando em todo o Brasil, o Senac está voltado para a formação de mão-de-obra especializada e tem por objetivo atender à demanda de recursos humanos do comércio e do setor de serviços, fazendo isso com singular competência e com padrão de excelência indiscutivelmente de primeiro mundo.

O Senac, como bem sabem V.Ex^{as}, constitui uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, criada e mantida com recursos dos empresários do comércio, mediante contribuição advinda de uma taxa incidente sobre o total da folha de pagamento dos empregados.

O melhor de tudo é o que, com toda certeza, faz com que esses recursos sejam corretamente aplicados é o fato de serem administrados sem qualquer ingerência dos poderes públicos, muito embora estejam sujeitos à fiscalização do Tribunal de Contas da União.

Vinculado nacionalmente à Confederação Nacional do Comércio e às Federações do Comércio nos Estados e Distrito Federal, o Senac mantém cursos profissionalizantes de elevado padrão, exercendo com eficiência e objetividade a missão de formar e encaminhar mão-de-obra especializada aos setores de comércio e de serviços de todo o País.

Além dessas importantes atividades, o Senac tem desempenhado, também, o importante papel de estudar, planejar e executar projetos que contribuam diretamente para melhorar o desempenho da força de trabalho e para ampliar a produtividade das empresas de comércio e das prestadoras de serviço.

Faço questão de acentuar a importância do trabalho desenvolvido pelo Senac com rara eficiência e sem qualquer entrave burocrático, porque não é raro

aparecer, até mesmo dentro do próprio Congresso Nacional, propostas absurdas de extinção do Senac.

Entidades como Senac, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, têm que ser incentivadas todos os dias. Os benefícios que elas trazem ao País são visíveis e refletem diretamente sobre o nosso desenvolvimento.

Mais do que nunca, na economia de mercado que se pretende consolidar no Brasil, é preciso deixar o setor privado gerir instrumentos válidos e eficientes como o Senac, que merecidamente conquistou a admiração e o respeito do povo brasileiro.

O Sr. Humberto Lucena - Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Valmir Campelo?

O SR. VALMIR CAMPELO - Pois não, nobre Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena - Desejo solidarizar-me com V. Ex^a pelo pronunciamento justo e oportuno que faz neste momento. Todos conhecemos o excelente trabalho realizado pelo Senac, que nesta segunda-feira completa seu cinquentenário e, por isso, merece nossas felicitações. O Senac e o Senai são, como sabemos, as duas entidades profissionalizantes de grande valor para a vida brasileira. O Senac, no setor comercial, e o Senai, no setor industrial. Quantas e quantas pessoas, sobretudo as populações carentes das cidades e às vezes até dos campos, foram buscar sua profissão nessas duas entidades, que, por isso, merecem os nossos aplausos. Solidarizo-me também com V. Ex^a quando repudia as ameaças de extinção dos recursos destinados à manutenção dessas duas importantes instituições. Devemos estar atentos para prestigiá-las no momento oportuno.

O SR. VALMIR CAMPELO - Agradeço a V. Ex^a pelo aparte. As palavras equilibradas e a experiência de V. Ex^a só vêm engrandecer este meu pronunciamento.

Continuando, Sr. Presidente, quero, nesta oportunidade, quando se comemora os 50 anos de fundação dessa entidade, que tantos benefícios tem proporcionado ao País, registrar o meu reconhecimento e o meu agradecimento pelos serviços de inegável relevância comunitária que o Senac vem desenvolvendo nesse meio século de existência.

Cumprimento, na pessoa do empresário e particular amigo Sérgio Koffes, Presidente da Federação do Comércio e do Conselho Regional do Senac do Distrito Federal, a toda família Senac, tanto aqui, na Unidade Federada que tenho a honra de representar nesta Casa, quanto em todos rincões deste amado Brasil.

Parabéns e vida longa ao Senac!

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Consulta ao nobre Senador Humberto Lucena se deseja fazer uso da palavra. (Pausa.)

O Sr. Senador Bernardo Cabral enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 1^a de abril p.p. a alíquota de Imposto de Importação para bicicletas foi reduzida de 70% para 35%, ampliando a exposição desse setor aos custos internacionais.

Além do "Custo Brasil", dever-se-á enfrentar mais um obstáculo qual seja a recente Instrução Normativa 95/071 da Secex - Secretaria de Comércio Exterior, que instrui os órgãos emissores de guias de importação sobre a forma de pagamento de peças e insumos para bicicletas limitando-a a "até 30 dias". (Anexo 1):

- A importação desses insumos na maior parte das vezes tem origem nos países asiáticos;

- O tempo necessário ao percurso, só viável por via marítima, situa-se em média em 65 dias aos quais acrescenta-se prazos de carga e descarga de 25 dias, totalizando 90 dias;

- O processo industrial e os prazos de transferência do produto acabado aos mercados consumidores envolvem 45 dias, aos quais acrescentam 15 dias de negociação de venda;

- Os prazos de pagamento praticado junto aos grandes magazines são de 120 dias;

- Considerados todos os prazos, o ciclo completo, em condições ideais, soma 270 dias.

As restrições impostas pela circular, certamente inviabilizam grande parte das pequenas e médias empresas do setor, pelos elevados volumes de capital de giro exigidos e conseqüentes custos financeiros, impossibilitadas ainda da utilização de artifícios acessíveis somente a empresas de grande porte (off-shores, subsidiárias no exterior, etc.) e que de certa forma neutralizam os efeitos dessa medida.

Ao contrário do que fez crer uma entidade de classe constituída por somente 2 associados produtores de bicicletas, (anexo 2), a medida inviabiliza totalmente as empresas industriais, notadamente as localizadas na Zona Franca de Manaus, que cumprem Processo Produtivo Básico rigorosamente fiscalizado pelos órgãos competentes.

Se o objetivo é coibir a importação de bicicletas "CKD" sob a classificação de "peças e partes" os

instrumentos adequados devem ser outros, que não penalizem empresas industriais, geradoras de emprego e receitas fiscais, num processo de desindustrialização danoso aos interesses nacionais.

Sr. Presidente, considerando o exposto requeiro a V. Ex^a que seja encaminhado ofício ao Ministro MAurício E. Cortes Costa, Secretário de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo no sentido da revogação dessa Instrução Normativa, pelos imensos prejuízos que vem causando as empresas do setor.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. BERNARDO CABRAL EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO:**

MINUTA

São Paulo, 15 de maio de 1996

Ilmo.

Ministro Maurício E. Cortes Costa
D.D. Secretário de Comércio Exterior
Esplanada dos Ministérios
Bloco - J - 8º andar - sala 808
Brasília - DF
70056-900

Ilustríssimo Ministro,

Em 1º de abril p.p. a alíquota de Imposto de Importação para bicicletas foi reduzida de 70% para 35%, ampliando a exposição de nosso setor aos custos internacionais.

Além do Custo Brasil, deveremos enfrentar mais um obstáculo qual seja a recente Instrução Normativa 95/071 da Secex-Secretaria de Comércio Exterior, que instrui os órgãos emissores de guias de importação sobre a forma de pagamento de peças e insumos para bicicletas limitando-a a até 30 dias. (Anexo I)

- A importação desses insumos na maior parte das vezes tem origem nos países asiáticos;

- O tempo necessário ao percurso, só viável por via marítima, situa-se em média em 65 dias aos quais acrescentam-se prazos de carga e descarga de 25 dias, totalizando 90 dias;

- O processo industrial e os prazos de transferência do produto acabado aos mercados consumidores, envolvem 45 dias, aos quais acrescentam 15 dias de negociação de venda;

- Os prazos de pagamento praticados junto aos grandes magazines são de 120 dias;

- Considerados todos os prazos, o ciclo completo, em condições ideais, soma 270 dias.

As restrições impostas pela circular, certamente inviabilizam grande parte das pequenas e médias empresas do setor, pelos elevados volumes de capital de giro exigidos e conseqüentes custos financeiros, impossibilitadas ainda da utilização de artifícios acessíveis somente a empresas de grande porte (off-shores, subsidiárias no exterior, etc.) e que de certa forma neutralizam os efeitos dessa medida.

Ao contrário do que fez crer uma entidade de classe constituída por somente 2 associados produtores de bicicletas, (Anexo 2), a medida inviabiliza totalmente empresas industriais, notadamente as localizadas na Zona Franca de Manaus, que cumprem Processo Produtivo Básico rigorosamente fiscalizado pelos órgãos competentes.

Se o objetivo é coibir a importação de bicicletas CKD sob a classificação de peças e partes os instrumentos adequados devem ser outros, que não penalizem empresas industriais, geradoras de emprego e receitas fiscais, num processo de desindustrialização danoso aos interesses nacionais.

Considerando o acima exposto apelamos a V. Sª no sentido da urgente revogação dessa Instrução Normativa, pelos imensos prejuízos que vem causando as empresas do setor.

Desde já apresentamos nossos protestos de profundo respeito. - Felipe Khelrallah, CR da Amazônia Ind. de Bicletas Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência designa para a sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

- 1 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 1995

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1995 (nº 3.051/89, na Casa de origem), que dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal, tendo

Parecer favorável, sob nº 203, de 1996, da Comissão

- de Assuntos Sociais.

- 2 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 1995

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 1995 (nº 3.523/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que reajusta a pensão especial concedida pela Lei nº 3.233, de 29 de julho de 1957, a Rosália Maria de Almeida da Conceição, viúva do ex-servidor federal Vital da Conceição, tendo

Parecer favorável, sob nº 195, de 1996, da Comissão

- de Assuntos Sociais.

- 3 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 1995

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 1995 (nº 4.219/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que concede pensão especial a Mariana Olimpio Granja, filha menor de Deise Lima Olimpio Granja, tendo

Parecer favorável, sob nº 196, de 1996, da Comissão

- de Assuntos Sociais.

- 4 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 133, DE 1995

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 1995 (nº 3.956/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que concede pensão especial a Helena Santos Cabral, viúva de João da Silva Ribeiro, tendo

Parecer favorável, sob nº 197, de 1996, da Comissão

- de **Assuntos Sociais**.

- 5 -

REQUERIMENTO Nº 371, DE 1996

Votação, em turno único, do Requerimento nº 371, de 1996, do Senador José Eduardo Dutra, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1995, de sua autoria, que susta o Decreto nº 1.480, de 3 de maio de 1995, do Poder Executivo, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em casos de paralisações dos serviços públicos federais.

- 6 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 1992

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 1992 (nº 604/91, na Casa de origem), que define e pune contravenção penal referente a condutas atentatórias contra o patrimônio público e privado, tendo

Parecer sob nº 217, de 1996, da Comissão

- de **Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável, nos termos de substitutivo que oferece.

- 7 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 1994

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1994 (nº 1.374/91, na Casa de origem), que revoga os parágrafos únicos dos arts. 213 e 214 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, tendo

Parecer favorável, sob nº 218, de 1996, da Comissão

- de **Constituição, Justiça e Cidadania**.

- 8 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 117, DE 1994

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 1994 (nº 4.151/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, tendo

Pareceres sob nºs 212 e 213, de 1996, das Comissões

- de **Serviços de Infra-Estrutura**, favorável ao Projeto, com emendas nºs 1 a 39-CI, que apresenta; e

- de **Assuntos Sociais**, favorável ao Projeto e às emendas nºs 1 a 39-CI, apresentando, ainda, a emenda nº 40-CAS.

- 9 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, DE 1995

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 1995 (nº 88/95, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal Militar, que altera a Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992, tendo

Parecer favorável, sob nº 219, de 1996, da Comissão

- de **Constituição, Justiça e Cidadania**.

- 10 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 300, DE 1995

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 167, de 1996)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 300, de 1995, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que altera a denominação da Escola Agro-Técnica Federal de Sombrio para Escola Agro-Técnica Federal de Santa Rosa do Sul, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Wilson Kleinübing, em substituição à Comissão de **Educação**.

- 11 -

PARECER Nº 205, DE 1996

Discussão, em turno único, do Parecer nº 205, de 1996, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Processo Diversos nº 38, de 1995 (Aviso nº 50/95-TCU, na origem), referente a decisões daquele Órgão sobre auditoria operacional realizada na Secretaria de Recursos Hídricos, concluindo pelo arquivamento do Processo Diversos em referência.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h40min.)

Ato de Aposentadoria nº 14/95, de LONGOZIR FREITAS MELO

Apostila

No presente Ato onde se lê: "e as vantagens da Resolução SF nº 74, de 1994", leia-se: "e as vantagens previstas nos artigos 1º, 3º e 12 da Resolução SF nº 74, de 1994", c/c o Ato do Diretor-Geral nº

148/94, na forma determinada pela Medida Provisória nº 381, de 1995.

Senado Federal, 20 de maio de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 614, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 6787/96-7, resolve designar o servidor ROBERTO CAMPOS FREIRE, matrícula 4728, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 7 – Especialidade de Segurança, para exercer a Função Comissionada de Supervisor de Área, Símbolo FC-04, do Serviço de Segurança da Subsecretaria de Serviços Gerais, com efeitos financeiros a partir de 8 de maio de 1996.

Senado Federal, 20 de maio de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 615, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, parágrafo 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº

6740/96-0, de interesse da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro, resolve designar o servidor CÉSAR AUGUSTO N. L. DE BARROS, matrícula 2234, ocupante do cargo de Analista Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a função de Chefe da Seção de Secretariado, Símbolo FC-05, da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro, nos eventuais impedimentos e afastamentos do titular.

Senado Federal, 20 de maio de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 616, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 6746/96-9, resolve dispensar o servidor ENOQUE PEREIRA DA SILVA, matrícula 2833, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 3 – Especialidade de Administração, da Função Comissionada de Encarregado de Pesquisa, Símbolo FC-04, da Subsecretaria de Edições Técnicas, com efeitos financeiros a partir de 7 de maio de 1996, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 20 de maio de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

MESA

Presidente

José Samey – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário

Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário

Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário

Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário

Emandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares – PSB – SE

Eduardo Suplicy – PT – SP

Ney Suassuna – PMDB – PB

Emília Fernandes – PTB – RS

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

Corregedor

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PMDB

Líder

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL

Líder

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB

Líder

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB

Líder

Epitácio Cafeteira

Vice-Líder

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT

Líder

José Eduardo Dutra

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB

Líder

Valmir Campelo

Vice-Líder

LIDERANÇA DO PDT

Líder

Júnia Marise

Vice-Líder

Sebastião Rocha

LIDERANÇA DO PSB

Líder

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PPS

Líder

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSL

Líder

Romeu Tuma

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19 4 95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28.2.96)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. Elcio Álvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. Pedro Piva

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (ex-PPR + ex-PP)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella
2. Antônio Carlos Valadares (PSB)

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. Darcy Ribeiro

1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)



**SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA**

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPCÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAÍAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-JADER BARBALHO	PA-3051/53
PFL			
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO *1	TO-4068/69	7-HUGO NAPOLEÃO	PI-1504/05
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
PEDRO PIVA	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB			
ESPERIDIAO AMIN	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLYCY	SP-3213/15	2- VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - o Senador encontra-se licenciado.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON

(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/77	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO	

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)**TITULARES****SUPLENTEs****PMDB**

IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
VAGO		7-VAGO	

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-CARLOS PATROCÍNIO *1	TO-4068/69
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPIÑO	RN-2361/67
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37

PSDB

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-PEDRO PIVA	SP-2351/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-VAGO	

PPB

ESPERIDÍO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
----------------	------------	----------------------	------------

PT

JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
--------------------	------------	---------------------	------------

PTB

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
------------------	------------	--------------------------	------------

PDT

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JUNIA MARISE	MG-4751/52
---------------	------------	----------------	------------

PSB

ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
----------------------	------------	------------------	------------

PPS / PSL

ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1-VAGO	
ROMEU TUMA *2	SP-2051/57		

*1 - O Senador encontra-se licenciado

*2 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
VAGO		2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
IRIS REZENDE	GO-2031/32	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
GERSON CAMATA	ES-3203/04	5-VAGO	
JADER BARBALHO	PA-2441/42	6-VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JÓRGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56	2-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
VAGO		1-VAGO	

*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	3-VAGO	
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO *1	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393		
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB			
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PPS			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04		

*1 - o Senador encontra-se licenciado.

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPIÑO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ARLINDO PORTO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1-CARLOS PATROCÍNIO *1	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PEDRO PIVA	SP-2351/2353	4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/2077
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-ROMEU TUMA	SP-2051/2057

*1 - o Senador encontra-se licenciado.

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFACIO	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PPS			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**(SEÇÃO BRASILEIRA)**

(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN**Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER****Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO****Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA****SENADORES**

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Marluce Pinto ¹
Casildo Maldaner		Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleinfbing		Joel de Hollanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPB	
Esperidião Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

1. Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95.

2. Filiado ao PSDB em 22-6-95.

3. Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

4. Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96

PP

Osmar Dias²

PT

Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Campos**DEPUTADOS****Titulares****Suplentes**

	Bloco Parlamentar PFL/PTB	
Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPB	
Fetter Júnior ^{3 4}		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi

Novas publicações

CANUDOS E OUTROS TEMAS (R\$ 10,00)

Euclides da Cunha.

Edição de 1994 comemorativa dos 90 anos de publicação de *Os Sertões*.

CONSTITUIÇÃO DE 1988 (R\$ 5,00)

Edição atualizada em 1995 contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

CONSTITUTION DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL / CONSTITUTION OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL (R\$ 5,00)

Tradução para o francês de Jacques Villmain e Jean-François Cleaver (Tradutor do Senado Federal) da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

Tradução para o inglês de Istvan Vajda, Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres e Vanira Tavares de Souza, tradutores dos Senado Federal, da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Lei nº 8.069 e as alterações da Lei nº 8.242 e Legislação Correlata.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 1994 (R\$ 3,00)

Edição de 1994.

Comentários à Lei nº 8.713/93 e informações complementares.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA (R\$ 5,00)

Edição de 1993.

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

LICITAÇÕES, CONCESSÕES E PERMISSÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Leis 8.666/93, 8.883/94, 8.987/95, texto da Constituição federal sobre matéria e Legislação Complementar.

RELATORIA DA REVISÃO CONSTITUCIONAL (R\$ 45,00 a coleção)

Edição de 1994.

Série com 03 volumes - Pareceres produzidos (histórico)

REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e Legislação Complementar.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III, CEP 70165-900, Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

**COMPACT DISK
CD-ROM**

- Normas jurídicas de hierarquia superior (leis, decretos, decretos-leis etc.) com base no Banco de Dados "NJUT – Normas Jurídicas", de forma referencial contendo texto integral da Constituição, disponível no Sistema de Informação do Congresso Nacional – SICON, do Prodasen.
- O acervo inclui, além de 3.988 documentos anteriores a 1946, dados informativos da legislação posterior àquele ano provenientes das seguintes fontes:
 - Diário Oficial da União (a partir de 1808)
 - Diário Oficial da União (acervo micrográfico do período 1930/1954)
 - Diário do Congresso I – Câmara (a partir de 1888)
 - Diário do Congresso II – Senado (a partir de 1888)
 - Diário da Justiça (a partir de 1925)
- Trimestralmente será editada uma nova versão do CD-ROM NJUT com dados atualizados.
- O pedido deverá ser acompanhado de depósito bancário a ser realizado na Caixa Econômica Federal em nome da FUNDASEN, agência 0005, operação 006, conta nº 950.056-8.

**Valor unitário: R\$ 65,00
Despesas postais: R\$ 5,00**

Subsecretaria de Edições Técnicas
do Senado Federal



CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS
DESDE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLUÍDAS, INCLUSIVE, TODAS AS
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à
esquerda)

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte.....	R\$ 31,00
Porte do Correio	<u>R\$ 96,60</u>
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS